

USCS – UNIVERSIDADE MUNICIPAL DE SÃO CAETANO DO SUL  
GRADUAÇÃO EM DIREITO

JAÍNE LOPES

O Princípio Constitucional do Contraditório no  
Inquérito Policial

SÃO CAETANO DO SUL

2014

USCS – UNIVERSIDADE MUNICIPAL DE SÃO CAETANO DO SUL  
GRADUAÇÃO EM DIREITO

JAÍNE LOPES

## O Princípio Constitucional do Contraditório no Inquérito Policial

Dissertação (ou Tese) apresentada ao Programa de Graduação em Direito  
como requisito parcial para obtenção da graduação.

Área de Concentração: Direito Penal

Orientador: Prof. Dr. Marco Polo Levorin

SÃO CAETANO DO SUL

2014

USCS - UNIVERSIDADE MUNICIPAL DE SÃO CAETANO DO SUL

Pró Reitoria de Graduação e Pesquisa

Graduação em Direito

JAÍNE LOPES

# O Princípio Constitucional do Contraditório no Inquérito Policial

Reitor: Prof. Dr. Marcos Sidnei Bassi

Pró-Reitor Graduação e Pesquisa: Prof. Ms. Marcos Antonio Biffi

Banca Examinadora constituída pelos professores:

Dr. Vander Ferreira de Andrade

Dr. Jorge Luiz Carvalho Simões

---

Área de concentração: Direito Penal

Linha de pesquisa:

## **Dedicatória**

À minha família, por sua capacidade de acreditar e investir no meu potencial. Mãe, seu cuidado e dedicação foi que deram em alguns momentos, a esperança para seguir. Pai, sua presença significou segurança e certeza de que não estou sozinho nessa caminhada.

## **Agradecimento**

Agradeço a Deus por esse sonho realizado, ao ensinamento de todos os meus professores e, sobretudo aos meus amados pais, Hélio Aparecido Lopes e Felícia Aparecida Lopes, que me deram apoio nos momentos mais difíceis da minha vida, me proporcionando forças para que eu não desistisse de ir atrás do que buscava para o meu sucesso, ensinando-me que na trajetória da vida surgem muitos obstáculos, mas foi através desse apoio que não fraquejei, tendo comigo que as maravilhas de Deus estão a nosso dispor por toda a vida, basta que lutemos para conquistar, no mundo, o espaço que é nosso.

## **Resumo**

O presente trabalho tem como escopo uma análise da aplicação do Princípio Constitucional do Contraditório na fase de Inquérito Policial, considerando-o ser um direito fundamental, cuja reflexão abrange a sua obrigatoriedade e a utilidade de se fazer informar o procedimento investigatório por tal princípio.

A divergência presente ao discorrer os estudos é justamente saber se há acusação no Inquérito Policial, ou se durante o Inquérito Policial o que se faz presente é somente uma atividade de colheita de subsídios para que futuramente tenha a propositura de uma ação penal e, assim sendo, exclui o Estado, ante a ausência de acusação até então, á observar o princípio do contraditório.

E ainda, no decorrer do trabalho é possível evidenciar a sua característica primordial, qual seja, a imposição de limites ao poder do Estado, no que se refere aos direitos fundamentais, cuja finalidade é passível da construção de um verdadeiro Estado democrático de direito, tal qual, a garantia da plenitude do suspeito pela prática de uma infração penal, como um verdadeiro sujeito de direitos.

Portanto, o objetivo geral do estudo é demonstrar a importância da realização do Inquérito Policial para o processo penal, sem o qual não teria a informação dos elementos que envolvem o delito e, que assim se materializam diante do referido instrumento por este ser um procedimento técnico, jurídico, formal, escrito e, além de tudo, acaba por aglomerar a maioria os elementos materiais da prova.

E, no que tange a metodologia utilizada, consagrou-se da exploração e análise, sobretudo de obras jurídicas, cujos autores pertencem à área do Processo Penal e do Direito Constitucional, extraídos de doutrinas e da internet.

**Palavras Chave: INQUÉRITO POLICIAL – CONTRADITÓRIO – PROCESSO PENAL – FAVORÁVEL – DESFAVORÁVEL**

## Resumen

El presente trabajo tiene como finalidad un análisis de la aplicación del Principio Constitucional del Contradictorio en la etapa de la Averiguación Policiaca, considerándolo como un derecho elemental, cuya reflexión comprende su obligatoriedad y la utilidad de hacerse informar el procedimiento de averiguación por ese principio.

La divergencia que aparece al discurrir los estudios es justamente saber si hay acusación en la Averiguación Policiaca, o si durante la Averiguación Policiaca lo que se hace constar es solamente una actividad de cosecha de subsidios para que futuramente haya la intención de una acción penal y, así siendo, se excluye al Estado, ante la ausencia de una acusación que hasta el momento, obsérvese el principio del contradictorio.

Y aún, en el transcurrir del trabajo es posible evidenciar su característica primordial, la imposición de límites al poder del Estado, en lo que se refiere a los derechos elementales, cuya finalidad es pasible de la construcción de un verdadero Estado democrático de derecho, tal como, la garantía de la plenitud del presunto por la práctica de una infracción penal, como un verdadero sujeto de derechos.

Así que, el objetivo general del estudio es demostrar la importancia de la realización de la Averiguación Policiaca para el proceso penal, sin el cual no habría la información de los elementos que involucran el delito y, que por lo tanto se materializan delante del referido instrumento porque este es un procedimiento técnico, jurídico, formal, escrito y, por sobre todo, acaba por aglomerar la mayor parte de los elementos materiales de la prueba.

Y en lo que incumbe la metodología utilizada, se ha consagrado de la exploración y análisis, sobretodo de obras jurídicas, cuyos autores pertenecen al área del Proceso Penal y del Derecho Constitucional, extraído de doctrinas y de la internet.

**Palabra - clave: AVERIGUACIÓN POLICIACA – CONTRADICTORIO – PROCESO PENAL – FAVORABLE – DESFAVORABLE**

## Sumário

<b>DEDICATÓRIA .....</b>	<b>4</b>
<b>AGRADECIMENTO .....</b>	<b>5</b>
<b>RESUMO .....</b>	<b>6</b>
<b>RESUMEN .....</b>	<b>7</b>
<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>9</b>
<b>1. CONCEITO DE INQUÉRITO POLICIAL.....</b>	<b>10</b>
1.1. EVOLUÇÃO HISTÓRICA DO INQUÉRITO POLICIAL.....	12
1.2. CARACTERÍSTICAS DO INQUÉRITO POLICIAL .....	16
1.3. FINALIDADE DO INQUÉRITO POLICIAL.....	17
1.4. LIMITE DE JURISDIÇÃO DO INQUÉRITO POLICIAL .....	18
1.5. ESPÉCIES DE INQUÉRITO.....	19
1.6. PROCEDIMENTOS DO INQUÉRITO POLICIAL .....	24
1.7. VALOR PROBATÓRIO DO INQUÉRITO POLICIAL .....	26
1.8. ATUAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO NO INQUÉRITO POLICIAL .....	28
1.9. PRINCIPAIS FASES DO INQUÉRITO POLICIAL.....	30
<b>2. CONCEITO DE PRINCÍPIO DO CONTRADITÓRIO.....</b>	<b>40</b>
2.1. IMPORTÂNCIA DO PRINCÍPIO DO CONTRADITÓRIO .....	42
2.2. PRINCÍPIO DO CONTRADITÓRIO NO PROCESSO PENAL: .....	43
2.3. PRINCÍPIO DO CONTRADITÓRIO NO INQUÉRITO POLICIAL .....	44
2.4. ARGUMENTOS DESFAVORÁVEIS DO CONTRADITÓRIO NO INQUÉRITO POLICIAL	48
2.5. ARGUMENTOS FAVORÁVEIS AO CONTRADITÓRIO NO INQUÉRITO POLICIAL:.....	49
2.6. LESÃO AO PRINCÍPIO DO CONTRADITÓRIO:.....	51
<b>3. CONCLUSÃO .....</b>	<b>54</b>
<b>4. REFERÊNCIAS.....</b>	<b>56</b>



## **Introdução**

A presente monografia foi situada na fase da persecução criminal na seara do direito processual penal brasileiro, na qual, pretende demonstrar a importância do Inquérito Policial, dirigido por Delegados de Polícia para a elucidação das infrações penais, representando um instrumento de grande valia para sociedade, principalmente por dissuadir a prática dos crimes ora tipificados em nossa legislação penal à certeza de punição, sobretudo, à possibilidade da aplicação ou não do princípio constitucional do contraditório, haja vista que doutrina e jurisprudências pátrias possuem uma enorme dicotomia de compreensão ante o tema proposto, revestindo-o de importância ímpar ao operador do direito.

Considerando o inquérito policial o procedimento, por excelência, dessa fase persecutória, e, via de regra, o primeiro e mais comum meio para coleta dos primeiros elementos informativos de um crime, foi alçado a objeto desta criteriosa análise da legislação, doutrinas e jurisprudências referentes ao assunto.

Ressaltando-se a Constituição Federal de 1988, ainda hoje vigente no ordenamento jurídico brasileiro, que é o norte superior hierárquico das normas e dos princípios, assim sendo informadora de diversos itens deste conjunto de diligências efetuados pelos Delegados de Polícia, que compartilham com demais órgãos do Estado na busca de maior probabilidade de acerto da persecução penal até o julgamento final, assim como também em consequência da busca pela verdade e que ao ser atingida pela justiça pública, não pode valer-se em juízo, sem que haja oportunidade de defesa do indiciado, sobressaltando a relativa importância do referido princípio constitucional, ou seja, o princípio do contraditório.

## 1. Conceito de Inquérito Policial

Diante da ocorrência de uma prática delituosa, cabe ao Estado, através de seus órgãos competentes, apurar essa prática com o objetivo de responsabilizar o sujeito. Essa apuração no Direito brasileiro é feita através da Persecução Penal, ou seja, o caminho que o Estado percorre para satisfazer a pretensão punitiva, uma vez que a este é dada o poder de punir, denominado *Jus Puniendi*.

(...) a *Persucutio Criminis* apresenta dois momentos distintos: o da Investigação e o da Ação Penal. Esta consiste no pedido de julgamento da pretensão punitiva, enquanto que a primeira é atividade preparatória da Ação penal, de caráter preliminar e informativo: *inquisitio nibeles quam informatio delicti*. (MARQUES, 2000. V. 1, p. 138)

É na investigação, prevista nessa primeira fase preparatória da Ação Penal, que o Estado irá, através de várias diligências, buscar dados necessários sobre a prática ilícita, com o objetivo de formar a convicção daquele que deduzirá em juízo a pretensão punitiva. Uma dessas espécies de investigação é o Inquérito Policial.

O Inquérito Policial serve como instrumento para apurar a autoria e materialidade de um crime, portanto destina-se a agrupar elementos referentes a uma Infração Penal, para que o titular da ação seja capaz de buscar a tutela jurisdicional, exigindo o bom emprego da lei ao acontecimento concreto.

Procedimento administrativo pré-processual, pois é levado a cabo pela Polícia Judiciária, um órgão vinculado à Administração – Poder Executivo – e que por isso desenvolve tarefas de natureza administrativa. (JUNIOR, 2006. p. 41)

“Inquérito Policial é o procedimento destinado à reunião de elementos acerca de uma infração penal”.<sup>1</sup> É então o conjunto de diligências realizadas pela Polícia Judiciária, para a apuração de uma infração penal e sua autoria, para que o titular da ação penal possa ingressar em juízo, pedindo a aplicação da Lei no caso concreto.

Na legislação penal brasileira, tem-se a definição legal de Inquérito Policial:

A polícia judiciária será exercida pelas autoridades policiais no território de suas respectivas circunscrições e terá por fim a apuração das infrações penais e da sua autoria. (BRASIL. Decreto-Lei n.3.689 de 3 de outubro de 1941)

Trata-se, portanto, de um procedimento administrativo realizado pela Polícia Judiciária, que a partir de diligências e investigações tentará apurar a autoria e

---

<sup>1</sup> JUNIOR, Romeu de Almeida Salles. Inquérito Policial e Ação Penal. 7 ed. São Paulo: Saraiva, 1998. p. 15.

colher informações sobre o fato criminoso, com o objetivo de formar uma maior convicção do legitimado a oferecer a Ação Penal, ou seja, destinado à preparação de ação penal, visando à apuração da materialidade do fato tido como típico e da correspondente autoria.

Ao relatar que é um procedimento administrativo, deve atentar-se por ser marcadamente inquisitorial, tendo como principal objeto de investigação a figura do indiciado, que por sua vez não detém direitos processuais, haja vista que não está sob a fase processual. A investigação, portanto, deve ser desenvolvida pela autoridade competente e recai sob o indiciado na forma inquisitorial, uma vez que no inquérito policial não há exercício do direito constitucional da defesa.

Do mesmo modo, Junior (2006, p. 41) afirma que a investigação preliminar é considerada uma fase preparatória do processo penal, sem que seja, por si só, um processo penal, e que esta investigação preliminar será administrativa quando um órgão estatal não pertencente aos quadros do Poder Judiciário estiver incumbido da função investigativa. O autor classifica então o inquérito policial:

Procedimento administrativo pré-processual, pois é levado a cabo pela Polícia Judiciária, um órgão vinculado à Administração – Poder Executivo – e que por isso desenvolve tarefas de natureza administrativa. (JUNIOR, 2006, P. 41)

Nucci (2008, p. 143) conceitua o Inquérito Policial:

O inquérito policial é um procedimento preparatório da ação penal, de caráter administrativo, conduzido pela polícia judiciária e voltado à colheita preliminar de provas para apurar a prática de uma infração penal e sua autoria. Seu objetivo precípua é a formação da convicção do representante do Ministério Público, mas também a colheita de provas urgentes, que podem desaparecer, após o cometimento do crime. Não podemos olvidar, ainda, que o inquérito serve à composição das indispensáveis provas pré-constituídas que servem de base à vítima, em determinados casos, para a propositura da ação penal privada. (NUCCI, 2008, p. 143)

O Inquérito Policial não é e nem encerra um juízo de formação de culpa ou de pronúncia, como existe em certos países que adotam, em substituição ao Inquérito, uma fase investigatória chamada 'juizado de instrução', presidida por um juiz que conclui sua atividade com um veredicto de possibilidade ou não de ação penal. No sistema brasileiro, o inquérito policial simplesmente investiga, colhe elementos probatórios, cabendo ao acusador apreciá-lo no momento de dar início a ação penal e, ao juiz, no momento do recebimento da denúncia ou queixa.

Já se sustentou que bastaria como justa causa para a ação penal a descrição, na denúncia ou queixa, de um fato típico. A doutrina atual,

porém, à unanimidade, percebendo que a ação penal por si só é, já, um constrangimento à liberdade individual, exige, para que a ação penal seja proposta e se mantenha, elementos probatórios que sirvam de fundamento razoável para sustentar esse constrangimento, o qual, caso contrário, seria ilegal. (MARQUES, 1963, P.8)

### 1.1. Evolução Histórica do Inquérito Policial

A importância do inquérito policial não deixa dúvidas, uma vez que serviu, ao longo da história, de subsídio para a maioria das ações penais ajuizadas e para as inúmeras sentenças prolatadas. Não se pode olvidar que, embora tenha trazido discussões acerca de sua eficiência, transparência e até mesmo paridade com o sistema constitucional, uma peça tão importante tem sua eficiência atestada na medida em que sofreu poucas alterações legislativas ao longo do tempo.

No sistema vigente, há duas etapas da persecução penal: o Inquérito Policial e a Ação Penal. O Inquérito Policial serve para colher elementos aptos a ensejarem o oferecimento de uma ação penal, estruturando e dando justa causa à propositura desta, servindo para fundamentá-la. Para execução do mister de apurar, para garantir a punição ou evitar o cometimento de uma injustiça, o Estado precisa socorrer-se de princípios e normas específicas, sendo um deles, o poder de polícia.

Esse poder foi criado pelo Estado sob a forma de um poder-dever denominado 'polícia', sendo característico que a intervenção se dê diretamente na esfera dos governados, e, portanto, tem como finalidade assegurar a segurança e o bem-estar social, sendo ligado à atuação administrativa do Estado.

É uma das ferramentas utilizadas pelo Estado para assegurar a liberdade dos indivíduos na sociedade e, da mesma forma, impor limites a essa liberdade para que vontades individuais não se sobreponham à organização da coletividade.

Denotam-se, assim, duas vertentes do poder de polícia, sendo uma referente às limitações administrativas ao exercício das liberdades. A outra trata da regulamentação legislativa, controlando também a aplicabilidade do poder de polícia.

Entretanto, far-se-á necessário delinear a diferença entre poder de polícia administrativo e poder de polícia judiciária, no qual vem a ser propício dissertar à questão. Portanto, poder de polícia judiciária consiste basicamente na modalidade do ilícito que será combatido. A entidade policial administrativa tem como escopo o impedimento de atividades que afetem a paz social e pode ser exercida por diversos órgãos da Administração Pública. A atividade de polícia judiciária é exercida

constitucionalmente pelas Polícias Civil ou Federal, que possuem atribuições de polícia administrativa, além de serem auxiliares do Poder Judiciário.

É em Roma que se encontrou uma das raízes mais distantes do inquérito policial, onde o encarregado para iniciar os procedimentos investigatórios era o povo, que através da vítima e dos seus familiares, tinham poderes para realizar trabalhos de investigação, com o objetivo de desvendar a autoria dos crimes. Essa fase caracterizou uma forma mais definida de Inquérito, tornando-se conhecida como *Inquisitio*.<sup>2</sup> Porém, havia a possibilidade de aplicação do contraditório, pois o acusado poderia produzir provas que demonstrassem sua inocência, portanto, cabendo às diligências também ao acusado.

Também existia a apuração do Estado, considerada a origem mais remota da polícia judiciária. Os agentes da polícia imperial prosseguiram com a investigação e transmitiam aos órgãos jurisdicionais os resultados do inquérito por eles realizado. Foram esses mecanismos que, após a retomada do direito romano na baixa Idade Média pelos países europeus continentais, passaram a influenciar os procedimentos investigatórios da época, não sendo diferente com os chamados países Ibéricos.<sup>3</sup>

Mais adiante, surgiu à possibilidade de poder o réu recorrer da sentença, através da *Lex Valaria de Provocatione*, a um órgão colegiado denominado '*Comitium*'. Foi permitida, no final da República, a possibilidade de cidadãos livremente acusarem, fazendo postulações, as quais, se recebidas pelo órgão julgador, iniciariam um processo, não podendo mais, desde que recebidas, serem retiradas. Cabia ao postulante a prova de suas alegações, sendo que este deveria acompanhar o processo até o final. Estavam impedidos de postular denúncias aqueles que eram possuidores de maus antecedentes, os menores de idade e os magistrados, sendo que, para estes últimos, tinha-se como justificativa a manutenção da imparcialidade.

Ao longo do tempo, houve, com a evolução do sistema penal, a especialização e, conseqüentemente, a divisão das funções necessárias à aplicação da Justiça Criminal. Nesse contexto, surgiu em Roma um grupo de funcionários incumbidos de fazerem o levantamento das circunstâncias dos fatos e da sua autoria, pelo denominado '*Cognitio Extra Ordinem*'. Tal sistema serviu de base para

---

<sup>2</sup> MEHMERI, Adilson. Inquérito policial: Dinâmica. São Paulo: Saraiva, 1992. p. 3.

<sup>3</sup> <http://www.cartaforense.com.br/conteudo/colunas/inquerito-policial-no-brasil---origens/415>

as Polícias Judiciárias existentes em todo o mundo, devido à independência do sistema de apurações, pois, segregado, mostrou-se mais eficiente. Essa divisão ainda trouxe, também, maiores e melhores garantias aos direitos fundamentais do ser humano, ainda mais quando os investigados eram vítimas de denúncias infundadas ou até mesmo inverídicas.

Em Atenas, existia a figura denominada *Estinolo*, era a pessoa encarregada de realizar o serviço policial, sendo considerado também como um Magistrado. Mas para sua aprovação na função de Juiz, era realizada uma espécie de Inquérito, no qual se verificava a probidade individual e familiar dessas pessoas.<sup>4</sup>

Já na Grécia, o trabalho de investigação semelhante ao da polícia, era realizado pelo *Tesmoteta*. Ele teria a função de denunciar os delitos à Assembleia do povo ou ao Senado, trazendo a *notitia criminis*. Assim, o órgão informado da prática delituosa designava um cidadão para promover a Ação Penal diante daquele fato criminoso.<sup>5</sup>

Durante o período da Santa Inquisição, a Igreja também desenvolveu uma forma de investigação. E esse sistema teve início por volta de 1.200 (mil e duzentos) anos depois de Cristo e tinha como principal função proceder contra aqueles indivíduos que atentavam contra a Igreja Católica. Diante dos fatos investigados, os infratores da atividade delituosa eram conhecidos como *Heresias*, sendo eles investigados pelos *Inquisidores*, que eram tidos como um Juiz delegado, cujos poderes eram delegados pelo Papa, conforme explicação de Silva (2000, p.21)

Portugal, enquanto potência colonizadora tinha como principais regras jurídicas as denominadas Ordenações. Foram elas que vigoraram durante todo o período do Brasil-Colônia, ou seja, as Ordenações Reais, compostas pelas Ordenações Afonsinas (1446), Ordenações Manuelinas (1521) e Ordenações Filipinas (1603), sendo esta, fruto da união das Ordenações Manuelinas com as leis extravagantes em vigência. Aquela antiga divisão romana das diligências, no período medieval, sofreu algumas variações, culminando com a investigação levada a cabo pelo Estado como a mais adotada, e era esse o sistema que embasava a investigação criminal Filipina, só que baseada na devassa, de tom inquisitorial, o que propiciava série de abusos cometidos pelas forças estatais. Após a independência

---

<sup>4</sup> MEHMERI, Adilson. Inquérito policial: Dinâmica. São Paulo: Saraiva, 1992. p. 3.

<sup>5</sup> <http://www.cartaforense.com.br/conteudo/colunas/inquerito-policial-no-brasil---origens/415>

do Brasil, entendeu-se necessário a transformação do nosso sistema de leis, já que continuar a utilizar as normas estabelecidas pela antiga Metrópole soava como perda de soberania, fato inaceitável para um país recém declarado independente. O ideal era deixar de aplicar o mais rápido possível as Ordenações Filipinas e, para tanto, algumas leis foram elaboradas, entre elas o Código de Processo Criminal, projeto de Manuel Alves Branco, segundo Visconde de Caravelas, aprovado em 29 de novembro de 1832. Este Código alterou substancialmente o direito brasileiro, não só suprimindo a investigação criminal Filipina, como também reestruturando o sistema judiciário. A estrutura judicial definida pelo novo Código, que também serviu para a justiça civil, teve como característica principal o juizado de instrução, de perfil contraditório, dirigido pelo juiz de paz, leigo e eleito.

No Brasil, a atividade policial judiciária é presidida por uma autoridade civil, bacharel em Direito, denominado ‘delegado de polícia’, e essa atividade tem previsão constitucional que restringe às Polícias Judiciárias sua execução. Tem-se ainda que o procedimento de polícia judiciária deve ser escrito e formal, o qual recebe a denominação de ‘inquérito policial’.

O termo ‘delegado de polícia’ vem de as atribuições investigativas terem como origem uma delegação de funções e atribuições dos juízes municipais, também chamados de ‘juízes de paz’, que existiam antes do século XX, os quais exerciam as funções inerentes de polícia judiciária cumulativamente com as funções judiciais. Devido ao aumento da população das cidades, houve também o crescimento dos problemas intrínsecos aos agrupamentos urbanos ou rurais, entre os quais o pior deles: a criminalidade. Com o aumento da marginalização e, conseqüentemente, dos ilícitos, para tentar evitar que se perdesse o controle da situação e se mergulhasse num caos social, foram delegadas as atribuições dos magistrados para que estes se dedicassem apenas às funções judiciais, de maneira a permitir maior celeridade e eficácia tanto aos julgamentos quanto às investigações.

O nome que atualmente é utilizado, o denominado ‘Inquérito Policial’, conta-se a partir do seu nascimento como norma vinculante criada em 1871, pela Lei n. 2.033, regulamentada pelo Decreto n. 4.824, de 22 de novembro do mesmo ano (atualmente não está em vigor), que separou Justiça e Polícia de uma mesma organização. Era previsto pelo artigo 42 da referida lei, que assim declarava: “o Inquérito Policial consiste em todas as diligências necessárias para a descoberta

dos fatos criminosos, de suas circunstâncias e de seu instrumento por escrito.”<sup>6</sup> Por volta da década de trinta, teve início no Brasil um movimento por parte de alguns juristas, para a criação do chamado ‘Juizado de Instrução’ que modificaria o Inquérito Policial, mas isso não ocorreu, pois deveria entrar no mérito do Decreto-lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941, trazendo o atual Código de Processo Penal.<sup>7</sup>

Com o advento do Código de Processo Penal de 1941, o inquérito policial foi mantido, como um instrumento de garantia do cidadão contra abusivas acusações. Pelas mesmas razões, a Constituição Federal de 1988, através de seus princípios recepcionou o Inquérito Policial, já que para acusar alguém, é necessário elementos com fundamentos fáticos e jurídicos suficientes para ser promovida a ação penal. E em regra esta sustentação somente se consegue, em regra com o Inquérito Policial. É, portanto, uma fase pré-processual da atividade persecutória do Estado. Tanto é que estes fundamentos fáticos e jurídicos são colhidos através de uma investigação dirigida e presidida por um Bacharel em Direito, o Delegado de Polícia, com atribuições e poderes instituídos.

## 1.2. Características do Inquérito Policial

Todo o trâmite neste procedimento ‘pré processual’ são desenvolvidas por uma única autoridade, agindo esta de ofício ou mediante provocação, empregando as diligências necessárias para o esclarecimento do crime e da autoria, e assim como outras investigações criminais, deve observar algumas características para que apresente o devido Inquérito Policial. De acordo com CAPEZ (2013, p. 121), são elas:

Escrito – “Tendo em vista as finalidades do inquérito policial, não se concebe a existência de uma investigação verbal.” Por isso, de acordo com o artigo 9 do Código de Processo Penal, todas as peças do inquérito policial serão, num só processo, reduzidas a escrito ou datilografadas e, neste caso, rubricadas pela autoridade.

Sigiloso – “A autoridade assegurará no inquérito o sigilo necessário à elucidação do fato ou exigido pelo interesse da sociedade”.<sup>8</sup> O direito genérico de obter informações dos órgãos públicos, assegurado no artigo 5º, XXXIII, da

---

<sup>6</sup> BRASIL. Decreto-lei n. 4824 de 22 de novembro de 1871. Dispoe sobre o Inquérito Policial.

<sup>7</sup> MEHMERI, Adilson. Inquérito policial: Dinâmica. São Paulo: Saraiva, 1992. p. 3.

<sup>8</sup> BRASIL. Decreto-Lei n.3.689 de 3 de outubro de 1941. Dispõe sobre o Código de Processo Penal. In: Vade Mecum Saraiva, 15.ed. atual. São Paulo: Saraiva, 2013, artigo 20.



Constituição Federal, pode sofrer limitações por imperativos ditados pela segurança da sociedade e do Estado, como salienta o próprio texto normativo. O sigilo não se estende ao representante do Ministério Público, nem à autoridade judiciária. No caso do advogado, de acordo com a Lei n. 8.906/94, art. 7º, XIII a XV e § 1º, Estatuto da OAB, pode consultar os autos de inquérito, mas, caso seja decretado judicialmente o sigilo na investigação, não poderá acompanhar a realização de atos procedimentais.

Oficial – “O inquérito policial é uma atividade investigatória feita por órgãos oficiais, não podendo ficar a cargo do particular, ainda que a titularidade da ação penal seja atribuída ao ofendido.”

Autoritariedade – “Exigência expressa do texto Constitucional no artigo 144, § 4º; o inquérito é presidido por uma autoridade pública, no caso, a autoridade policial (delegado de polícia de carreira).”

Indisponibilidade – “É indisponível. Após sua instauração não pode ser arquivado pela autoridade policial.”

Inquisitivo – “Caracteriza-se como inquisitivo o procedimento em que as atividades persecutórias concentram-se nas mãos de uma única autoridade, a qual, por isso, prescinde, para a sua atuação, da provocação de quem quer que seja, podendo e devendo agir de ofício, empreendendo, com discricionariedade, as atividades necessárias ao esclarecimento do crime e de sua autoria.”

### 1.3. Finalidade do Inquérito Policial

O Inquérito Policial tem como principal finalidade a apuração da existência de uma infração punível e, conseqüentemente, descobrir os responsáveis por ela, isto é, subsidiar a propositura da ação penal, haja vista, o objetivo de contribuir para a formação da ‘*opinio delicti*’ do titular da ação penal e, além disso, o inquérito visa colher elementos para o deferimento das medidas cautelares pelo juiz. Conforme Capez (2013, p. 117), “a finalidade do Inquérito Policial é a apuração do fato que configure infração penal e a respectiva autoria para servir de base à ação penal ou às providências cautelares.”

O momento de sua elaboração é necessário que haja uma absurda seriedade, uma vez que é caracterizado por ser uma fase pré-processual, e que, portanto, tem valor informativo, já que tem por objeto fornecer elementos, dados instrutórios.

Assim, Tourinho (2012) ensina:

Inquérito visa à apuração da existência de infração penal e a respectiva autoria. Apurar a infração penal é colher informações a respeito do fato criminoso. Apurar a autoria significa que a Autoridade Policial deve desenvolver a necessária atividade visando a descobrir, conhecer o verdadeiro autor do fato infringente da norma. (FILHO, Fernando. 34ª Ed, 2012, p. 230-231)

Desta forma, entende – se que o Inquérito é procedimento administrativo informativo, com vistas à apuração da autoria e materialidade de uma infração penal destinado a subsidiar a propositura da ação penal.

A finalidade investigatória do inquérito cumpre dois objetivos: dar elementos para a formação da '*opinio delicti*' do órgão acusador, isto é, a convicção do órgão do Ministério Público ou do querelante de que há prova suficiente do crime e da autoria, e dar o embasamento probatório suficiente para que a ação penal tenha justa causa. Para a ação penal, justa causa é o conjunto de elementos probatórios razoáveis sobre a existência do crime e da autoria. (FILHO, Vicente. 10ª Ed, 2013, P. 100)

#### 1.4. Limite de Jurisdição do Inquérito Policial

Quem o preside é a autoridade policial, da chamada polícia judiciária, estadual ou federal, que se distingue da polícia preventiva porque atua em face do fato criminoso já ocorrido. A polícia judiciária será exercida pelas autoridades policiais no território de suas respectivas circunscrições e terá por fim a apuração das infrações penais e da sua autoria.<sup>9</sup>

Estas autoridades possuem parcela de responsabilidade em relação à segurança pública e devem atuar de modo a preservar a ordem pública, mesmo não possuindo jurisdição, posto que tal característica é inerente ao Poder Judiciário.

A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça é clara:

PROCESSUAL PENAL. PRISÃO EM FLAGRANTE. AUTORIDADE POLICIAL COM ATUAÇÃO FORA DO LOCAL DO CRIME. COMUNICAÇÃO. NULIDADE. INEXISTENCIA - A Autoridade Policial, no exercício da função de polícia judiciária, não exerce jurisdição, não lhe sendo vedado lavrar auto de prisão em flagrante relativamente à infração penal ocorrida em local diverso de sua sede funcional - o Inquérito Policial, inclusive o auto de prisão em flagrante, é um procedimento de natureza administrativa, não implicando nulidade a circunstancia de haver sua lavratura ter sido comunicada a juízo sem jurisdição no local do crime.<sup>10</sup> (STJ – HC 5735/SP – 6ª Turma, Min. Vicente Leal, DJ 30.09.196 P. 36654)

A esfera de atuação de cada autoridade Policial divide-se, inicialmente, entre União e Estados, dentro dos últimos se dá através da divisão de circunscrição, referente à área da unidade Policial em Município ou Distrito. A competência

<sup>9</sup> BRASIL. Decreto-Lei n.3.689 de 3 de outubro de 1941. Dispõe sobre o Código de Processo Penal. In: Vade Mecum Saraiva, 15.ed. atual. São Paulo: Saraiva, 2013, artigo 4º.

<sup>10</sup> BRASIL, Superior Tribunal de Justiça. Habeas Corpus

também tem origem, de acordo com o local onde se consumou a infração – ‘*ratione loci*’ – obedecendo à norma penal que faz referencia ao território, como disposto nos artigo 5º e 6º, *caput* do Código Penal, respectivamente.

- “Aplica-se a lei brasileira, sem prejuízo de convenções, tratados e regras de direito internacional, ao crime cometido no território nacional.”<sup>11</sup>
- “Considera-se praticado o crime no lugar em que ocorreu a ação ou omissão, no todo ou em parte, bem como onde se produziu ou deveria produzir-se o resultado.”<sup>12</sup>

Essa competência é indelegável e exclusiva, mas poderá ser distribuída pela natureza da infração, como no caso de Delegacias especializadas em determinada matéria (*‘ratione materiae’*). Além das autoridades policiais a tarefa de investigação pode ser realizada por outras autoridades administrativas, que possuam competência legal para tal feito. “A competência definida neste artigo não excluirá a de autoridades administrativas, a quem por lei seja cometida a mesma função”.<sup>13</sup>

Pode se exemplificar as sindicâncias e os processos administrativos dos delitos cometidos por policiais militares, bem como, as investigações realizadas por membros do Poder Legislativo, no caso das Comissões Parlamentares de Inquérito. Essa possibilidade de investigação por outros órgãos aquém a polícia judiciária gera discussões acerca da possibilidade do Ministério Público investigar e instruir o seu procedimento administrativo pré-processual.

### 1.5. Espécies de Inquérito

O Inquérito em regra, é policial, isto é, elaborado pela Polícia Civil. Todavia o parágrafo único do artigo 4º do Código de Processo Penal estabelece que “a competência definida neste artigo não excluirá a de autoridades administrativas, a quem por lei seja cometida a mesma função”, assim diz Fernando Filho (34ª Ed. 2012, p. 231). Observa-se, desse modo, que o dispositivo invocado deixa entrever a existência de inquéritos extrapoliciais, isto é, elaborados por autoridades outras que

---

<sup>11</sup> BRASIL. Decreto-Lei n.2. 848 de 7 de dezembro de 1940. Dispõe sobre o Código Penal. In: Vade Mecum Saraiva, 15.ed. atual. São Paulo: Saraiva, 2013, artigo 5º.

<sup>12</sup> BRASIL. Decreto-Lei n.2. 848 de 7 de dezembro de 1940. Dispõe sobre o Código Penal. In: Vade Mecum Saraiva, 15.ed. atual. São Paulo: Saraiva, 2013, artigo 6º.

<sup>13</sup> BRASIL. Decreto-Lei n.3.689 de 3 de outubro de 1941. Dispõe sobre o Código de Processo Penal. In: Vade Mecum Saraiva, 15.ed. atual. São Paulo: Saraiva, 2013, artigo 4º, parágrafo único.

não as policiais, inquéritos esses que têm a mesma finalidade dos inquéritos policiais.

Note-se que o texto do parágrafo único do artigo 4<sup>a</sup> do Código de Processo Penal fala em autoridade administrativa a quem por lei seja cometida a mesma função, isto é, a função de apurar as infrações penais e sua autoria. (FILHO, Fernando. 34<sup>a</sup> Ed. 2012, p. 231).

Portanto, existem outras autoridades administrativas que possam elaborar inquéritos, são as denominadas espécies:

Inquérito Civil - está previsto no artigo 129, inciso III da Constituição Federal, que considera função institucional do Ministério Público “promover o inquérito civil e a ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos”<sup>14</sup>. Trata-se de procedimento administrativo pré-processual, de natureza inquisitiva, não contraditório, privativo do Ministério Público, dispensável e realizado para viabilizar a apuração à lesão a interesses transindividuais, permitindo o ajuizamento de eventual ação civil pública. Com ele, frustra-se a possibilidade, sempre eventual, de instauração de lides temerárias. Este procedimento, diversamente do que ocorre com o inquérito policial, não tem prazo de duração.

Os titulares da ação civil pública possuem legitimidade autônoma para o ajuizamento da ação. Podem ajuizá-la antes do Ministério Público ou durante a tramitação do inquérito civil. Esse inquérito é não contraditório, pois se trata de mero procedimento de natureza administrativa, e dele não resultam sanções ou obrigações, e o investigado não tem direito de exigir produção de provas de seu interesse. Não há bilateralidade dos atos processuais.

Não há rito pré-ordenado, pois o inquérito é conduzido conforme a necessidade de apuração, e segundo o desejo de seu presidente. Esta característica nos conduz ao impulso oficial, que vai desde a instauração, até sua conclusão, não necessitando de provocações das partes. Por esse motivo, o inquérito pode ser instaurado de ofício e concluído a qualquer tempo. Os requisitos e condições de validade dos atos administrativos também são aplicáveis aos atos praticados no inquérito civil, ou seja, este somente pode ser instaurado por agente competente, através da forma prevista em lei. Em suma, o procedimento é informal, mas os atos nele praticados devem obediência à forma legal.

---

<sup>14</sup> BRASIL. Constituição Federal de 3 de outubro de 1988. Constituição da Republica Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado, 1988, artigo 129, inciso III.

A Publicidade esta é a regra, que assegura a qualquer interessado o acesso ao inquérito. Excepcionalmente pode-se decretar o sigilo, que pressupõe a defesa da intimidade do investigado, a segurança do Estado ou da sociedade, e a conveniência da instrução. O sigilo requer decisão fundamentada e alcança o conteúdo do inquérito. Da publicidade decorre o direito de petição, certidão e vista dos autos, e o sigilo restringe o exercício desses direitos fundamentais. Vale dizer que o sigilo não alcança o investigado, que tem direito de acesso às informações, mas não tem direito, devido à inquisitorialidade, à produção de provas de seu interesse.

O inquérito civil é instrumento de atuação privativo do Ministério Público, instaurado, exclusivamente, por órgão de execução, que será sempre aquele que reunir atribuições para o ajuizamento da ação civil, podendo ser o Procurador Geral ou o Promotor de Justiça.

Inquérito Policial Militar – A apuração do crime militar ocorre através do Inquérito Policial Militar (IPM). O IPM, da mesma forma que o Inquérito Policial, pode ser definido como o procedimento sumário destinado a reunir os elementos necessários à apuração de uma infração penal - no caso, um crime militar - e de sua autoria.

É a apuração sumária do fato, que nos termos legais, configura crime militar, e de sua autoria. Tem o caráter de instrução provisória, cuja finalidade precípua é a de ministrar elementos necessários à propositura da ação penal. (Artigo 9, CPPM, 1969)

São, porém, efetivamente instrutórios da ação penal os exames, perícias e avaliações realizados regularmente no curso do inquérito, por peritos idôneos e com obediência às formalidades previstas neste Código. (Artigo 9, § único, CPPM, 1969)

É uma peça preparatória, informativa, em que se colhem dados e se realizam diligências que seriam difíceis ou impossíveis de ocorrer no curso do processo, como auto de flagrante, exames periciais, colheita de interrogatórios e depoimentos, reconstituições, acareações, etc. Dessa forma, é fornecida a base para que o Estado exerça o *'jus puniendi'*, a fim de impor ao autor do fato delituoso, após o devido processo legal, a sanção penal cabível.

E, portanto, a finalidade do Inquérito Policial Militar é fornecer elementos à instauração da ação penal e o seu valor probante está na seriedade de sua elaboração com a realização de perícias, avaliações, que não mais se repetem em Juízo. Provas que são produzidas por peritos idôneos e com obediência às

formalidades legais. O encarregado do Inquérito Policial Militar deve restringir-se à apuração completa do fato ou fatos definidos na Portaria de sua designação. Surgindo outras infrações, não insertas no contexto da Portaria que determinou a abertura do Inquérito Policial Militar, cabe-lhe extrair cópias dos elementos e encaminhá-los à autoridade delegante, sugerindo a instauração de outro inquérito ou solicitando as providências legais cabíveis.

O destinatário imediato do IPM é o Ministério Público, titular exclusivo da ação penal pública, que com ele formará sua '*opinio delicti*' para a propositura da denúncia. O destinatário mediato é o Juiz de Direito, que se utilizará dos elementos ali constantes para o recebimento da peça inicial - denúncia, para a formação de seu convencimento quanto à necessidade de decretação de medidas cautelares e julgamento.

Inquérito Judicial - A natureza jurídica do inquérito judicial em matéria de crime falimentar constitui uma das questões de maior relevância no estudo da matéria. Tais discussões são decorrentes da previsão em lei da intimação do falido para oferecer contestação no curso do inquérito judicial. Parte da doutrina sustenta que este dispositivo torna o inquérito judicial um procedimento contraditório e essa tese é ainda reforçada pela alegação de que todo e qualquer procedimento que se desenvolve perante o juiz é eminentemente contraditório.

Uma segunda corrente defende a inexistência de contraditório no inquérito judicial, na medida em que se trata de procedimento de natureza inquisitiva, que tão somente se desenvolve perante o juízo universal da falência, e cuja finalidade é a apuração de eventuais crimes falimentares. O inquérito judicial não constitui fase preliminar obrigatória para a propositura da ação penal falimentar, ao contrário, tal como o inquérito policial, mostra-se totalmente dispensável.

O processamento do inquérito judicial perante o juízo universal da falência é uma forma de se concentrar todos os assuntos de interesse da massa falida num único órgão judiciário, inclusive, as eventuais repercussões de ordem criminal, justamente com o propósito de permitir uma melhor e mais ampla identificação da situação do falido, antes e depois da quebra, de modo a individualizar a sua responsabilidade, evitando, até mesmo, eventuais decisões conflitantes e incoerentes entre si.

Esta peculiaridade, todavia, não retira do inquérito judicial a natureza inquisitiva, seja porque não há nenhuma imputação formal ao investigado, seja

porque o inquérito judicial não constitui o único meio dos crimes falimentares a serem apurados. Além do mais, assim como ocorre no inquérito policial e em outros procedimentos análogos, eventuais vícios não contaminam a ação penal, exceto algumas hipóteses excepcionais, por exemplo, a prova obtida por meio ilícito que serve de base para a ação penal.

Dizer que o inquérito judicial é inquisitivo significa, em outras palavras, afirmar que a aplicação de determinada sanção em outrem ou o reconhecimento puro e simples de uma dada situação não integra o objeto central e imediato do procedimento, ao contrário, sua finalidade se restringe à informação, e, *in casu*, à apuração de um fato e à coleta de material probatório. O processo, diferentemente do procedimento, repudia a forma inquisitiva, justamente por força da incidência do princípio do devido processo legal, que contempla, dentre outras disposições, a manifestação do contraditório e da ampla defesa. Logo, o inquérito judicial não assume a condição de processo, mas de procedimento somente, ostentando, assim, o caráter inquisitivo e meramente informativo, não se podendo falar em incidência do contraditório e da ampla defesa.

Nesse sentido pronunciou-se o Supremo Tribunal Federal no julgamento do HC n. 82.222-SP, relatora Ministra Ellen Gracie, j. em 17.9.2002:

Iniciado o julgamento de habeas corpus em que se alega violação aos princípios do contraditório e da ampla defesa, pela circunstância de que o paciente fora intimado para os fins do art. 106 da Lei de Falências em momento posterior ao oferecimento da denúncia por crime falimentar, razão porque perdera a oportunidade de contestar as arguições contidas no inquérito judicial (Decreto-lei 7.661/45, art. 106: 'Nos 5 (cinco) dias seguintes, poderá o falido contestar as arguições contidas nos autos do inquérito e requerer o que entender conveniente'). A Ministra Ellen Gracie, relatora, proferiu voto no sentido de indeferir o writ, por entender que, sendo o inquérito judicial para a apuração de crime falimentar peça de natureza meramente informativa, eventual falha procedimental, como a falta de intimação do falido para os fins do art. 106, não teria o poder de contaminar a ação penal. (GRACIE, 2002)

Ademais, deve atenção nos primeiros tempos de vigência da Lei n. 11.101/05, que está voltada naturalmente para o instituto da recuperação da empresa em crise. O direito falimentar brasileiro passa a incorporar regras especificamente destinadas à preservação da unidade produtiva diante da crise do empresário que a organizou. Uma das maiores críticas do processo falimentar era por ser excessivamente burocrático e, com a chegada da nova lei o moderniza, tornando-o mais racional e célere. Entre as medidas alteradas foi o fim do inquérito judicial, A excrescência da lei de 1945, que previa a investigação de crimes no âmbito do Poder Judiciário, foi

finalmente eliminada. A partir de agora, o crime falimentar será investigado como os demais, na Delegacia de Polícia.

Inquérito Administrativo – é uma série de atos por meio dos quais a autoridade competente procura apurar a responsabilidade funcional de alguém ou a procedência ou ainda, a verdade de fatos que atentem contra as boas normas da administração. O princípio da ampla defesa e contraditório consta como garantia pétrea no art. 5º, inciso LV, da Constituição Federal. Segundo este princípio, deve ser assegurado, no processo, a ampla produção de prova e contraposição a todas as acusações lançadas contra o acusado. Vale dizer, exemplificativamente, o processado tem o direito de saber que tipo de acusação pesa contra si; tem o direito de se defender, de acompanhar toda a apuração, inclusive dos depoimentos; direito de apresentar suas provas e de conhecer as provas que estão sendo produzidas contra si.

## 1.6. Procedimentos do Inquérito Policial

O Código de Processo Penal dita normas para a elaboração do Inquérito Policial em seus artigos 4º a 23º. Para formalizar a investigação do crime, a autoridade policial necessita operacionalizar sua investigação, traçando as diligências de forma organizada, com a finalidade do esclarecimento da atividade delituosa.

Baseado no texto do artigo 6º do Código de Processo Penal<sup>15</sup> que estão elencadas diversas providências a serem tomadas pela autoridade policial quando tiver ciência do fato delituoso e, portanto, estão dispostos os elementos necessários à confecção do Inquérito Policial, que fica a critério da autoridade policial e a ordem cronológica das diligências.

**Art. 6º** - Logo que tiver conhecimento da prática da infração penal, a autoridade policial deverá:

**I** - dirigir-se ao local, providenciando para que não se alterem o estado e conservação das coisas, até a chegada dos peritos criminais;

**II** - apreender os objetos que tiverem relação com o fato, após liberados pelos peritos criminais;

---

<sup>15</sup> BRASIL. Decreto-Lei n.3.689 de 3 de outubro de 1941. Dispõe sobre o Código de Processo Penal. In: Vade Mecum Saraiva, 15.ed. atual. São Paulo: Saraiva, 2013, artigo 6º.



**III** - colher todas as provas que servirem para o esclarecimento do fato e suas circunstâncias;

**IV** - ouvir o ofendido;

**V** - ouvir o indiciado, com observância, no que for aplicável, do disposto no Capítulo III do Título VII, deste Livro, devendo o respectivo termo ser assinado por 2 (duas) testemunhas que lhe tenham ouvido a leitura;

**VI** - proceder a reconhecimento de pessoas e coisas e a acareações;

**VII** - determinar, se for caso, que se proceda a exame de corpo de delito e a quaisquer outras perícias;

**VIII** - ordenar a identificação do indiciado pelo processo datiloscópico, se possível, e fazer juntar aos autos sua folha de antecedentes;

**IX** - averiguar a vida pregressa do indiciado, sob o ponto de vista individual, familiar e social, sua condição econômica, sua atitude e estado de ânimo antes e depois do crime e durante ele, e quaisquer outros elementos que contribuam para a apreciação do seu temperamento e caráter. (Decreto Lei 3.689, 1941)

De acordo com Vicente Greco Filho (2013):

A ordem procedimental do Inquérito é irrelevante do ponto de vista jurídico. Cabe à autoridade, tendo em vista as circunstâncias fáticas, ir colhendo as provas na medida das possibilidades e das circunstâncias da investigação. (FILHO, Vicente. 10ª Ed, 2013, p.103)

O artigo 5º ao 8º do Código de Processo Penal nos orienta para as possibilidades de início do Inquérito Policial.

Após obter todos os elementos, indícios e perícias, a autoridade policial deverá fazer um detalhado relatório de que tiver sido apurado, constando todo o acontecido, sem emitir sua opinião acerca do fato. Concluído o relatório deverá ser remetido ao Juiz competente, observando, sempre, o prazo disposto no artigo 10 do Código de Processo Penal:

**Art. 10** – O inquérito deverá terminar no prazo de 10 (dez) dias, se o indiciado tiver sido preso em flagrante, ou estiver preso preventivamente, contado o prazo, nesta hipótese, a partir do dia em que se executar a ordem de prisão, ou no prazo de 30 (trinta) dias, quando estiver solto, mediante fiança ou sem ela.<sup>16</sup>

Baseado no artigo 5º, inciso LVIII da Constituição Federal, a identificação criminal não pode ser efetuada quando o indiciado já estiver civilmente, salvo nos casos previstos nesta lei.

<sup>16</sup> BRASIL. Decreto-Lei n.3.689 de 3 de outubro de 1941. Dispõe sobre o Código de Processo Penal. In: Vade Mecum Saraiva, 15.ed. atual. São Paulo: Saraiva, 2013, artigo 10º.

### 1.7. Valor Probatório do Inquérito Policial

Conforme afirmação na doutrina e Tribunais de que o inquérito policial constitui peça meramente informativa, porque, como já foi dito, limitar-se-ia a fornecer elementos para o oferecimento da denúncia ou queixa em juízo, nada mais lógico apresentar caráter preparatório e informativo, conquanto tenha por finalidade última possibilitar a punição daqueles que infringem a ordem penal, fundamentando a convicção do órgão incumbido de exercer a ação penal acerca da existência do crime, no sentido de que o inquérito policial é o momento em que se colhem todas as provas, no que diz respeito ao recebimento da denúncia e decretação da prisão preventiva.

Entretanto, nele se realizam certas provas periciais que, embora praticadas sem a participação do indiciado, contém em si maior dose de veracidade, visto que nelas preponderam fatores de ordem técnica que, além de mais difíceis de serem deturpados, oferecem campo para uma apreciação objetiva e segura de suas conclusões. Nesse caso, elas possuem valor idêntico ao das provas colhidas em juízo.<sup>17</sup>

É verdade que o inquérito não chega a ter consistência de um conjunto probatório obtido em juízo, quando as garantias do agente ou autor do delito são maiores, na medida em que existe o contraditório, com ampla participação da acusação e defesa, porém não se pode negar o seu devido valor como integrante de um conjunto probatório, cuja finalidade é formar a livre convicção do julgador na busca da verdade real.

Assim, nas lições de Marcelo Lessa Bastos (2004):

Não se concebe mais, em tempos modernos, uma concentração de formalidades em atos que, pela necessidade imperiosa de se respeitar o devido processo legal, haverão de ser repetidos durante a instrução criminal, perante o juiz, sob o crivo do contraditório e garantindo ao réu a ampla defesa, garantias que não se observaram por ocasião do desenrolar do inquérito, procedimento inquisitorial que é, por suas próprias características e atento à necessidade de atingir sua finalidade. (BASTOS, 2004, p. 109)

Até mesmo a confissão do agente, quando prestada perante a autoridade policial, e a prática do delito e as demais circunstâncias confirmarem a prática do delito pelo indiciado, pode alicerçar um decreto condenatório, conforme

---

<sup>17</sup> MIRABETE, Julio Fabbrini. Processo Penal. 12 ed. São Paulo: Atlas, 2001. p. 79.

entendimento jurisprudencial, mesmo que encontre, posteriormente, a retratação do réu que, ao ser interrogado em juízo, nega totalmente a imputação.

A jurisprudência é pacífica ao dispor o valor da confissão, no seguinte sentido:

As confissões perante a autoridade policial, desde que em harmonia com outros elementos probatórios, podem servir de alicerce à convicção do julgador quanto à responsabilidade criminal do confidente, não bastando a retratação pura e simples para invalidá-la.<sup>18</sup>

Em resumo, as provas obtidas no curso da instrução criminal é que irão fornecer subsídios para a prolação da sentença e quase sempre são as mesmas provas do inquérito policial, renovadas e esmiuçadas em juízo, pois se os indícios e elementos circunstanciais forem tais que gerem a convicção de que a instrução provisória realizada na polícia espelha e reflete a verdade dos acontecimentos, pode o juiz invocar um ou outro desses elementos, para fundamentar, completamente a sua decisão, notadamente quando os fatos apurados no inquérito se entrosam, como dados circunstanciais, a provas colhidas na fase final da instrução.

No entanto, o inquérito policial não pode ser visto unicamente como uma mera peça de informação, já que possui, sob certos aspectos, um determinado valor probante. É que no inquérito policial são realizadas algumas provas periciais, de caráter técnico. É bem verdade que elas são realizadas unilateralmente, sem que haja o contraditório, porém isto não quer dizer que as mesmas não possam se contraditas em juízo. O inquérito policial não pode, exclusivamente, fundamentar uma decisão condenatória, nada impedindo, porém que seus elementos, juntamente com outros colhidos em juízo, possam fundamentar referida decisão.

Uma questão importante a fundamentar é: pode o juiz condenar o réu com base nas provas colhidas durante a elaboração do Inquérito Policial, já que possui natureza administrativa de cunho informativo, em que os princípios do contraditório e ampla defesa são, de certa, forma mitigados, fazendo uso do princípio da livre apreciação da prova?

Sob essa ótica, disserta Espinola (1980):

Embora seja o inquérito – policial, militar ou administrativo – uma peça destinada, precipuamente, a instruir a denúncia, ou a queixa, o juiz não o despreza, na apreciação da prova, ao proferir a sentença (...) Demais, é de considerar a circunstância de reconhecer-se valor probante a confissão do réu, não apenas quando dada em juízo, mas desde que prestada perante autoridade competente, importava na proclamação, em lei, de contribuir o

---

<sup>18</sup> RT, 429:378, Acessado em: <http://www.jusbrasil.com.br/diarios/13786687/pg-56-jurisprudencial-primeiro-grau-diario-de-justica-do-estado-de-alagoas-djal-de-25-09-2009>

inquérito, também, diretamente para o conjunto da prova, levada em conta na ocasião do julgamento. (FILHO, Eduardo. 6ª Ed. 1980, p.253-254)

## 1.8. Atuação do Ministério Público no Inquérito Policial

Neste momento, destaco a atuação do Ministério Público na investigação preliminar, acerca do texto Constitucional e diante das alterações impostas por esta.

Foi reservado pela Constituição um capítulo para determinar as funções essenciais à justiça. Expõe na primeira Seção o Ministério Público “O Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis”.<sup>19</sup>

Além do artigo 129 da Constituição Federal ressaltar as incumbências da atuação do Ministério Público, foram elencadas na Lei Orgânica do Ministério Público 8.625/93 e também na Lei Complementar 75/93 - Estatuto do Ministério Público da União.

O Ministério Público a partir de então passou a assumir novas responsabilidades, principalmente a de ser provedor da justiça constitucional, para a efetivação do Estado Democrático de Direito, em bases sólidas de respeito à democracia e aos direitos e garantias fundamentais; e com referência às funções constitucionais estabelecidas ao Ministério Público, o Ministro do Supremo Tribunal Federal, Excelentíssimo Senhor Celso de Mello, proclamou com sabedoria: “o Ministério Público tornou-se, por destinação constitucional, o defensor do povo.”<sup>20</sup>

Expôs o também Ministro do Supremo Tribunal Federal, Excelentíssimo Senhor Sepúlveda Pertence, acerca do referido assunto:

O Ministério Público da União, em particular, desvinculado do seu compromisso original com a defesa judicial do Erário e a defesa dos atos governamentais, que o prendiam necessariamente aos laços da confiança do Executivo, está agora cercado de contrafortes de independência e autonomia, que o credenciam ao efetivo desempenho de uma magistratura ativa de defesa impessoal da ordem jurídica democrática, dos direitos coletivos e dos direitos da cidadania.<sup>21</sup>

---

<sup>19</sup> BRASIL. Constituição Federal de 3 de outubro de 1988. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado, 1988, artigo 127.

<sup>20</sup> Voto proferido no Mandado de Segurança nº 21.239 – DF RTJ 147/161

<sup>21</sup> Voto proferido no Mandado de Segurança nº 21.239 – DF RTJ 147/129-130

O Ministério Público passa a admitir a condição de potencial transformador, sob a ótica de uma “esperança social”<sup>22</sup> na expectativa de que sejam alcançados os valores constitucionais e a eficaz defesa dos interesses sociais coletivos. Age utilizando-se dos preceitos estabelecidos na Constituição Federal, aplicando-os em todas as esferas, sejam elas políticas ou sociais.

Especificamente sobre o Inquérito Policial, o Ministério Público opera de distintos meios, quais são: quando do início da ação penal pública e a intervenção do Ministério Público em todos os termos da ação por ele intentada, bem como nos da intentada pela parte ofendida; quando adota medidas cautelares e preventivas de direito; quando da determinação de suficiência ou não dos subsídios para a instauração de uma ação penal; realizando o acompanhamento dos procedimentos investigatórios; atuando de forma decisiva nos arquivamentos de Inquéritos Policiais; no controle externo da atividade polícia judiciária e na proteção dos princípios, direitos e garantias constitucionais do Indiciado.

Ainda sob a ótica de atuação do Ministério Público no Inquérito Policial, o Superior Tribunal de Justiça traz a possibilidade de investigação promovida pelo Ministério Público, inferindo-se pela sua legalidade:

INVESTIGAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO. PRETENSÃO DE NULIDADE. INCOMPETÊNCIA DO ÓRGÃO MINISTERIAL. *MÚNUS* DA ATIVIDADE POLICIAL. INOCORRÊNCIA. TITULARIDADE PLENA DO *DOMINUS LITIS*. ART. 129 DA CF. A titularidade plena do Ministério Público ao exercício da ação penal, como preceitua o inciso I, do artigo 129, da Constituição Federal, necessariamente legitima a sua atuação concreta na atividade investigatória, bem como o material probatório produzido. A promoção investigatória do órgão acusatório, nos termos do comando constitucional, reveste-se de legalidade, sobretudo porque lhe é conferida, a partir dela, a indicação necessária à formação da opinião sobre o delito(...). (STJ – HC 38230 / SP – 5ª Turma, Min. JOSÉ ARNALDO DA FONSECA, DJ 01.02.2005 p. 589)

No mesmo parâmetro, o Tribunal Regional do Paraná também discutiu acerca do assunto:

HC. INVESTIGAÇÃO PROCEDIDA PELO MINISTÉRIO PÚBLICO. CABIMENTO. ORDEM DENEGADA. 1. O inquérito policial é, em regra, atribuição d autoridade policial. 2. O *parquet* pode investigar fatos, poder que se inclui no mais amplo de fiscalizar a correta aplicação da lei. 3. Se o conjunto de elementos e informações colhidos são suficientes para consubstanciar o *fumus boni jûris*, no que diz respeito à materialidade e autoria do crime, impõe-se o recebimento da denúncia. 4. Tal poder do órgão ministerial mais avulta, quando os envolvidos na infração penal são autoridades policiais, submetidos ao controle externo do Ministério Público.

<sup>22</sup> STRECK, Lenio Luiz. Crime e constituição: a legitimidade da função investigatória do Ministério Público. Rio de Janeiro: Forense, 2005. p. 06.

5. (...). 6. Ordem de *Habeas corpus* denegada, sendo cassada a liminar concedida. (HC. 97.04.26750-9/PR 1ª T.Rel. Juiz Fábio Bittencourt da Rosa – DJU 16.07.1997)

Porém, tal posicionamento não prevalecia no Supremo Tribunal Federal, que pautava suas decisões, muitas vezes, em aspectos históricos; e afirmava muito além dizendo que se houvesse a intenção de possibilitar a investigação efetuada pelo Ministério Público, o legislador constitucional teria registrado nas “entranhas” da Constituição Federal.

Tornou-se mais pacífica essa questão com a Resolução número 20, de 28 de maio de 2007, do Conselho Nacional de Justiça, que regulamentou o artigo 9º da Lei Complementar 75 de 20 de maio de 1993 e o artigo 80 da Lei Federal 8.625 de 12 de fevereiro de 1993, acerca do controle externo exercido pelo Ministério Público sobre a atividade policial.

Percebe-se que nessa resolução traz a determinação detalhada dos órgãos que se sujeitam ao controle do Ministério Público, qual seja o controle externo sobre a atividade policial, com o objetivo primordial de proteção da segurança nacional, amparo aos sujeitos do Inquérito Policial, a exaltação do interesse público e a assistência geral à persecução criminal, sempre de acordo com as evidentes limitações dos princípios constitucionais.

### 1.9. Principais Fases do Inquérito Policial

Peça Inaugural - Por ser um procedimento, o Inquérito Policial é composto por vários atos que servirão de mecanismo para desvendar a autoria e levantar os indícios sobre a prática delituosa ocorrida. Essas diligências são realizadas em sequencia lógica, respeitando os limites e prazos que a lei impõe. São postas em prática pela Polícia Judiciária, sob o comando do Delegado de Polícia, que ordenará sua execução conforme sua discricionariedade. Em regra, o Inquérito Policial será presidido pelo Delegado de Polícia, tanto na competência Estadual, quanto na Federal. Porém há casos em que o membro do Ministério Público tomará iniciativa na elaboração e conclusão do Inquérito Policial, pois este atua subsidiariamente à função Policial. Tal medida encontra respaldo nos seguintes artigos:

**Art. 129.** São funções institucionais do Ministério Público:

I - promover, privativamente, a ação penal pública, na forma da lei;

II - zelar pelo efetivo respeito dos poderes públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados nesta Constituição, promovendo as medidas necessárias a sua garantia;

III - promover o inquérito civil e a ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos;

IV - promover a ação de inconstitucionalidade ou representação para fins de intervenção da União e dos Estados, nos casos previstos nesta Constituição;

V - defender judicialmente os direitos e interesses das populações indígenas;

VI - expedir notificações nos procedimentos administrativos de sua competência, requisitando informações e documentos para instruí-los, na forma da lei complementar respectiva;

VII - exercer o controle externo da atividade policial, na forma da lei complementar mencionada no artigo anterior;

VIII - requisitar diligências investigatórias e a instauração de inquérito policial, indicados os fundamentos jurídicos de suas manifestações processuais;

IX - exercer outras funções que lhe forem conferidas, desde que compatíveis com sua finalidade, sendo-lhe vedada a representação judicial e a consultoria jurídica de entidades públicas.<sup>23</sup>

**Art. 26.** No exercício de suas funções, o Ministério Público poderá:

I - instaurar inquéritos civis e outras medidas e procedimentos administrativos pertinentes e, para instruí-los:

a) expedir notificações para colher depoimento ou esclarecimentos e, em caso de não comparecimento injustificado, requisitar condução coercitiva, inclusive pela Polícia Civil ou Militar, ressalvadas as prerrogativas previstas em lei;

b) requisitar informações, exames periciais e documentos de autoridades federais, estaduais e municipais, bem como dos órgãos e entidades da administração direta, indireta ou fundacional, de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;

c) promover inspeções e diligências investigatórias junto às autoridades, órgãos e entidades a que se refere a alínea anterior;

II - requisitar informações e documentos a entidades privadas, para instruir procedimentos ou processo em que officie. (Lei 8625, 1993)

As diligências variam, dependendo da natureza e do tipo do crime a ser investigado. Porém, existem aquelas que sempre serão realizadas em todos os Inquéritos Policiais. O Inquérito Policial deve conter uma peça inaugural.

---

<sup>23</sup> BRASIL. Constituição Federal de 3 de outubro de 1988. Constituição da Republica Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado, 1988, artigo 129.

Nos crimes de Ação penal pública incondicionada, a Autoridade Policial poderá iniciar o Inquérito através de portaria, que será criada depois que a Autoridade Policial tiver conhecimento da ocorrência da prática delituosa, reproduzindo em uma peça escrita a comunicação recebida com todos os dados sobre a autoria e a materialidade do crime, agindo assim a Autoridade Policial de ofício.

Também nos casos onde o Juiz e o Promotor de Justiça requisitarem a instauração, o Delegado baixará a portaria ou irá usar a requisição como peça inaugural. O Ofendido ou seu Representante legal também poderão requerer junto ao Delegado, para que seja instaurado o Inquérito Policial, nesse caso repete-se o mesmo procedimento da requisição do Juiz e do Promotor. Por fim, inicia-se o Inquérito nos casos em que a Ação penal for pública incondicionada, através do auto de prisão em flagrante, que será a primeira peça do procedimento de investigação.

Quando a Ação penal for pública condicionada à representação do Ofendido ou do Representante legal, o Inquérito Policial terá início por portaria nos casos em que exista termo do Ofendido ou seu Representante, ou ainda, requisição das autoridades acima mencionadas acompanhada de representação. Nessa mesma situação, também quando existir o auto de prisão em flagrante que deverá ser acompanhado com a representação.<sup>24</sup>

Já na ação penal privada, a peça inaugural do Inquérito Policial será o requerimento do Ofendido ou seu Representante legal ou através de portaria, como também pelo auto de prisão em flagrante quando esse ocorrer.

**Declaração do ofendido** - A declaração do ofendido é outra fase importante e frequente no Inquérito Policial. Sempre que possível, a Autoridade Policial deverá ouvir o Ofendido, a fim de direcionar os trabalhos de investigação, pois é da declaração que o Delegado colherá os primeiros elementos do crime.

Neste sentido, aborda Tourinho (2012):

O inquérito policial é peça meramente informativa. Nele se apuram a infração penal com todas as suas circunstâncias e a respectiva autoria. É claro que se exige o inquérito para a propositura da ação, porque, normalmente, é nele que o titular da ação penal encontra elementos que o habilitam a praticar o ato instaurador da instância penal, isto é, a oferecer denúncia ou queixa. (FILHO, Fernando. 34ª Ed, 2012, p. 239-240)

---

<sup>24</sup> BRASIL. Decreto-Lei n.3.689 de 3 de outubro de 1941. Dispõe sobre o Código de Processo Penal. In: Vade Mecum Saraiva, 15.ed. atual. São Paulo: Saraiva, 2013, artigo 5º, § 4º.



Inquirição de testemunha - Outra etapa procedimental no Inquérito Policial é a inquirição das testemunhas do fato criminoso ou que de alguma forma está ligada ao crime, se estas testemunhas existirem.

De acordo com o Código de Processo Penal qualquer pessoa poderá ser testemunha<sup>25</sup>, devendo ser observada as regras descritas pelo artigo 203 do mesmo diploma legal para a realização da oitiva. Com relação a negativa em prestar o testemunho, a lei só abre exceção aos ascendentes ou descendentes em linha reta, o cônjuge, a mãe, pai, irmão ou filho adotivo do Acusado<sup>26</sup>. Menciona o legislador as pessoas que são proibidas de depor, descritas também pelo Código de Processo Penal.

**Art. 207.** São proibidas de depor as pessoas que, em razão de função, ministério, ofício ou profissão, devam guardar segredo, salvo se, desobrigadas pela parte interessada, quiserem dar o seu testemunho.

A doutrina faz uma classificação das testemunhas, sendo elas referidas em 8 (oito) espécies, sendo a primeira conhecida como:

Testemunhas *diretas* – aquela que vão prestar depoimento, propriamente.

Testemunhas indiretas – aquelas que vão prestar depoimento do que ouviram dizer.

Testemunhas impróprias – aquelas que prestam depoimento não sobre um fato, mas sobre um ato do inquérito policial.

Testemunhas numerárias – estão previstas na lei, como possíveis de serem arroladas pelas partes, ou seja, aquelas que têm conhecimento do fato criminoso e geralmente são ouvidas sob o compromisso legal de dizer a verdade.

Testemunhas extranumerárias – aquelas que são ouvidas por iniciativa do Juiz, conforme o artigo 209 do Código de Processo Penal: “O juiz quando julgar necessário poderá ouvir outras testemunhas, além das indicadas pelas partes.”

Testemunhas referidas – pessoas que são ouvidas porque as testemunhas se referirão à elas no depoimento, ou seja, são as pessoas que foram anteriormente

---

<sup>25</sup> BRASIL. Decreto-Lei n.3.689 de 3 de outubro de 1941. Dispõe sobre o Código de Processo Penal. In: Vade Mecum Saraiva, 15.ed. atual. São Paulo: Saraiva, 2013, artigo 202.

<sup>26</sup> BRASIL. Decreto-Lei n.3.689 de 3 de outubro de 1941. Dispõe sobre o Código de Processo Penal. In: Vade Mecum Saraiva, 15.ed. atual. São Paulo: Saraiva, 2013, artigo 206.

citadas por outras testemunhas ouvidas no Inquérito e que conhecem de algum modo o fato criminoso.<sup>27</sup>

Testemunhas fedatárias – são duas pessoas que presenciaram a leitura do auto de prisão em flagrante, e, o assinaram, porque o acusado não quis, não pode ou não soube assiná-lo. Conforme o artigo 304, § 3º do Código de Processo Penal: “Quando o acusado se recusar a assinar, não souber ou não puder fazê-lo, o auto de prisão em flagrante será assinado por duas testemunhas, que tenham ouvido sua leitura na presença deste”.

Testemunha informante – aquelas que são ouvidas independentemente de compromisso legal, portanto: ascendente ou descendente, o afim em linha reta, o cônjuge, ainda que desquitado, o irmão e o pai, a mãe, ou o filho adotivo do acusado, além dos menores de quatorze anos e doentes mentais.<sup>28</sup>

Interrogatório do Indiciado - Uma outra diligência importante para a elucidação dos fatos e uma das quais parte da doutrina, entende estar aplicado implicitamente o Princípio do Contraditório previsto no artigo 5º, inciso LV da Constituição Federal é o interrogatório do Indiciado. Tal medida encontra-se regida no artigo 6º, inciso V do Código de Processo Penal, aplicando-se por analogia os dispositivos contidos no Título VII, do Livro I, do mesmo Código.

Inicialmente a Autoridade Policial irá mencionar ao Indiciado sobre o direito de que este tem de permanecer calado, aplicando-se assim a norma do Código de Processo Penal:

**Art. 186.** Depois de devidamente qualificado e cientificado do inteiro teor da acusação, o acusado será informado pelo juiz, antes de iniciar o interrogatório, do seu direito de permanecer calado e de não responder perguntas que lhe forem formuladas.<sup>29</sup>

Depois de feita a comunicação será realizado o interrogatório propriamente dito e o juiz indagará das partes se restou algum fato para ser esclarecido, formulando as perguntas correspondentes se o entender pertinente e relevante.<sup>30</sup>

---

<sup>27</sup> BRASIL. Decreto-Lei n.3.689 de 3 de outubro de 1941. Dispõe sobre o Código de Processo Penal. In: Vade Mecum Saraiva, 15.ed. atual. São Paulo: Saraiva, 2013, artigo 209, § 1º.

<sup>28</sup> BRASIL. Decreto-Lei n.3.689 de 3 de outubro de 1941. Dispõe sobre o Código de Processo Penal. In: Vade Mecum Saraiva, 15.ed. atual. São Paulo: Saraiva, 2013, artigo 206.

<sup>29</sup> BRASIL. Decreto-Lei n.3.689 de 3 de outubro de 1941. Dispõe sobre o Código de Processo Penal. In: Vade Mecum Saraiva, 15.ed. atual. São Paulo: Saraiva, 2013, artigo 186.

<sup>30</sup> BRASIL. Decreto-Lei n.3.689 de 3 de outubro de 1941. Dispõe sobre o Código de Processo Penal. In: Vade Mecum Saraiva, 15.ed. atual. São Paulo: Saraiva, 2013, artigo 188.

A Autoridade Policial não poderá cometer abusos e ilegalidades no interrogatório do Indiciado, a fim de buscar uma confissão ou intimidar o mesmo sobre as respostas que formula, o que em boa parte das vezes não ocorre.

Outro fator inerente ao interrogatório do Indiciado é a obrigatoriedade, ou não, deste em fazê-lo. A doutrina e jurisprudência são divergentes a respeito de tal obrigatoriedade. Alguns doutrinadores modernos entendem que o interrogatório é um meio de defesa, que poderá ser renunciado pelo Indiciado. Assim, de acordo com o Código de Processo Penal:

**Artigo 185.** O acusado que comparecer perante a autoridade judiciária, no curso de processo penal, será qualificado e interrogado na presença de seu defensor, constituído ou nomeado.

Esse não estaria obrigado a comparecer no distrito policial para prestar declarações, nos casos em que estiver em liberdade ou foragido.

Verifica-se, portanto, que o referido artigo menciona o termo “o acusado que comparecer”, tendo-se a impressão que é facultado ao Indiciado o seu comparecimento no interrogatório, pois essa seria a melhor medida a ser aplicada.

Já Fernando da Costa Tourinho Filho (2008) entende de forma contrária, devendo a Autoridade Policial, na ausência injustificada do Indiciado, proceder à condução coercitiva.

Feito o interrogatório, devidamente reduzido a termo e lido em sua íntegra ao Indiciado, será assinado posteriormente pela Autoridade Policial, pelo Escrivão, pelo Indiciado e por duas testemunhas que tenham ouvido a leitura.<sup>31</sup>

Das perícias e exame de corpo de delito – Outra fase importante do Inquérito Policial e também é um meio de prova a ser realizado e são denominados de perícias e o exame do corpo de delito.

O artigo 6º, inciso VII do Código de Processo Penal estabelece tais medidas a serem realizadas: “Logo que tiver conhecimento da prática da infração penal, a autoridade policial deverá: VII- determinar, se for o caso, que se proceda a exame de corpo de delito e a quaisquer outras perícias.”

Nota-se que o dispositivo legal menciona tanto as perícias, quanto o exame de corpo de delito, que possuem certa diferença, pois o segundo é uma espécie do primeiro. Os procedimentos a serem realizados nas perícias e nos exames de corpo

---

<sup>31</sup> BRASIL. Decreto-Lei n.3.689 de 3 de outubro de 1941. Dispõe sobre o Código de Processo Penal. In: Vade Mecum Saraiva, 15.ed. atual. São Paulo: Saraiva, 2013, artigo 6, inciso V.

de delito, tanto na esfera policial, quanto na fase judicial, são regulados nos termos do artigo 158 a 184 do Código de Processo Penal.

Julio Fabbrini Mirabete (2000) menciona o conceito de perícia:

Entende-se por perícia o exame procedido por pessoa que tenha determinados conhecimentos técnicos, científicos, artísticos ou práticos acerca dos fatos, circunstâncias objetivas ou condições pessoais inerentes ao fato punível a fim de comprová-los. (MIRABETE, 2000)

A perícia é um meio fundamental para o Juiz conhecer todos os elementos relacionados ao fato e a materialidade do crime, que dependem de uma análise mais complexa e detalhada. Poderá ser realizada sobre vários meios e coisas, que de alguma forma estão relacionadas ao crime e que precisam de apreciação técnica.

As perícias poderão incidir sobre os objetos utilizados na prática delituosa, nas pessoas que fazem parte da ocorrência, nos locais ou recintos, em documentos e escritos, nos cadáveres, enfim, tudo aquilo que é pertinente ao crime e que possa ser objeto de perícia.

O exame pericial será realizado por dois Peritos oficiais, ou na falta desses, por duas pessoas idôneas diplomadas em curso superior e que de preferência tenham habilitação técnica sobre o exame a ser realizado.<sup>32</sup>

Os Peritos formularão um laudo, no qual descreverão minuciosamente o que examinarem, conforme consta no artigo 160 do Código de Processo Penal. Sendo o laudo pericial dotado de quatro partes. A primeira denominada como *preâmbulo* que contém o nome dos Peritos e o objetivo da perícia; em seguida é elaborada a *exposição*, nessa etapa os Peritos irão descrever em detalhes tudo aquilo que foi objeto da perícia; depois se realiza a *discussão*, momento em que os Peritos analisarão os detalhes do exame argumentando a respeito, formulando assim seus pareceres; por fim é feita a *conclusão* devendo ser respondidos os quesitos formulados pelas partes.<sup>33</sup>

O exame que ocorre com mais frequência no Inquérito Policial é o de *corpo de delito*. O artigo 158 do Código de Processo Penal descreve em que ocasião deverá ser realizado “quando a infração deixar vestígios, será indispensável o

---

<sup>32</sup> Sobre os peritos, observa-se o disposto no artigo 159 do Código de Processo Penal.

<sup>33</sup> MIRABETE, Julio Fabbrini. *Processo Penal*. 10 ed. São Paulo: Atlas, 2000. p. 269 - 270.

exame de corpo de delito, direto ou indireto, não podendo supri-lo a confissão do acusado”.<sup>34</sup>

Assim, nos ensinamentos de Mirabete (2000, p. 269-270) entende-se por corpo de delito, como sendo um conjunto de vestígios materiais deixados pela infração penal, a materialidade do crime, aquilo que se vê, apalpa, sente, em suma, pode ser examinado através dos sentidos.

Assim, não se deve confundir o corpo de delito, com o exame de corpo de delito, pois este é um meio de comprovação do primeiro, através de análises e estudos realizados pelos Peritos.

Ainda com relação ao exame de corpo de delito, o legislador no artigo 158 do Código de Processo Penal faz referência ao exame direto e indireto. O exame de corpo de delito direto é realizado sobre os vestígios materiais do crime que ainda existem, já o exame indireto é feito geralmente através de depoimentos de testemunhas, pois estão ausentes os vestígios materiais do crime, por uma série de fatores relacionados ao delito.

Um aspecto importante a ser discutido nas provas periciais realizadas na fase do Inquérito Policial, é a possibilidade do Defensor do Indiciado, formular quesitos e perguntas aos Peritos. É um assunto controvertido na doutrina, sendo que uma corrente entende ser impossível tal medida, pois no Inquérito Policial inexiste qualquer tipo de acusação e assim não há Contraditório.

Mirabete (2000) é seguidor desse posicionamento “não cabe quesito do acusado quando se trata de perícia realizada em inquérito policial”.

Já outra corrente menciona a possibilidade do Indiciado, através de seu Defensor, formular quesitos pertinentes aos exames periciais realizados no Inquérito, pois nem sempre existe a oportunidade da perícia ser novamente realizada na fase judicial, ou ainda, dos Peritos explicarem em Juízo, tudo aquilo que foi realizado nas perícias com todos os detalhes.

Nesse sentido, Tourinho Filho (2001) escreve:

Tratando-se de perícia realizada na fase do inquérito, normalmente os quesitos são formulados pela própria Autoridade Policial. Mas, à maneira do que ocorre com a Justiça Militar, haverá mais vantagem que inconveniência em se permitir aos interessados (indiciado e vítima) a formulação de quesitos. (FILHO, Fernando. 23ª Ed, 2001, p. 251-251)

---

<sup>34</sup> BRASIL. Decreto-Lei n.3.689 de 3 de outubro de 1941. Dispõe sobre o Código de Processo Penal. In: Vade Mecum Saraiva, 15.ed. atual. São Paulo: Saraiva, 2013, artigo 158.

Dos prazos para conclusão do Inquérito Policial – O Inquérito Policial contém um prazo para seu encerramento. Na Justiça comum, aplica-se o artigo 10, *caput* do Código de Processo Penal que assim descreve:

O inquérito deverá terminar no prazo de 10 (dez) dias, se o indiciado tiver sido preso em flagrante, ou estiver preso preventivamente, contado o prazo, nesta hipótese, a partir do dia em que se executar a ordem de prisão, ou no prazo de 30 (trinta) dias, quando estiver solto, mediante fiança ou sem ela.<sup>35</sup>

Quando o Indiciado estiver preso, o prazo será de dez dias, porém deve ser computado eventual tempo de prisão preventiva.

Segundo o artigo 10, parágrafo 3º do Código de Processo Penal, ao acusado que estiver em liberdade, o prazo de conclusão do Inquérito será de trinta dias, podendo ser prorrogado quando o crime for de difícil elucidação. “Quando o fato for de difícil elucidação, e o indiciado estiver solto, a autoridade poderá requerer ao juiz a devolução dos autos, para ulteriores diligências, que serão realizadas no prazo marcado pelo juiz.”

Mas na prática isso não ocorre, pois até mesmo em crimes mais fáceis de serem investigados o prazo é prorrogado, visto que os distritos policiais encontram-se em sua maioria sobrecarregados de serviços e Inquéritos não concluídos, reflexo, principalmente, da falta de recursos que a Polícia Civil sofre na grande maioria dos Entes Federados da União, o que acarreta no atraso excessivo de Inquéritos Policiais e diligências a serem realizadas. Antes de o Juiz prorrogar o prazo de conclusão do Inquérito Policial, deverá comunicar o Ministério Público que irá manifestar-se de forma fundamentada a respeito. Essa prorrogação deverá ser estipulada pelo Magistrado, não devendo ultrapassar 30 dias.

Outro prazo analisado em especial é o Inquérito Policial realizado no âmbito da Justiça Federal que tem um prazo diferenciado para sua conclusão. Segundo o artigo 66 da Lei 5010/66, no caso do Indiciado estar preso o prazo será de quinze dias, prorrogável por mais quinze dias.

O prazo para conclusão do inquérito policial será de quinze dias, quando o indiciado estiver preso, podendo ser prorrogado por mais quinze dias, a pedido, devidamente fundamentado, da autoridade policial e deferido pelo Juiz a que competir o conhecimento do processo. (Artigo 66, Lei 5010, 1966)

---

<sup>35</sup> BRASIL. Decreto-Lei n.3.689 de 3 de outubro de 1941. Dispõe sobre o Código de Processo Penal. In: Vade Mecum Saraiva, 15.ed. atual. São Paulo: Saraiva, 2013, artigo 10.

Ainda existem alguns outros tipos de crimes que também possuem prazos diferentes aos do artigo 10 do Código de Processo Penal, assim como nos crimes definidos no artigo 21 da Lei 6.368/76, há prazos distintos, sendo de cinco dias no caso de prisão em flagrante e trinta dias se esta não ocorrer.

Nos crimes disciplinados no artigo 10, parágrafo 1º da Lei nº 1.521/51, que refere-se a prática de crime contra a economia popular, o prazo será de dez dias, estando o Indiciado solto ou preso.

A contagem dos prazos do Inquérito Policial segue o mandamento do artigo 798, parágrafo 1º do Código de Processo Penal:

Todos os prazos correrão em cartório e serão contínuos e peremptórios, não se interrompendo por férias, domingo ou dia feriado. § 1º - Não se computará no prazo o dia do começo, incluindo-se, porém, o do vencimento.<sup>36</sup>

Relatório final – Concluídas as investigações, a Autoridade policial deve fazer um minucioso relatório do que tiver sido apurado no Inquérito Policial. Consiste, portanto, no relato das diligências efetivamente realizadas, dentre aquelas que foram determinadas na peça inaugural, entre outras cuja necessidade houver surgido no curso da investigação criminal. “A autoridade fará minucioso relatório do que tiver sido apurado e enviará autos ao juiz competente.”<sup>37</sup>

Conforme consta no artigo 10, parágrafo 2º do Código de Processo Penal, no relatório poderá indicar testemunhas que não tiveram sido inquiridas, mencionando o lugar onde possam ser encontradas. “No relatório poderá a autoridade indicar testemunhas que não tiverem sido inquiridas, mencionando o lugar onde possam ser encontradas.”<sup>38</sup>

É de se observar que a classificação penal efetuada pela autoridade policial é provisória e não vincula o Ministério Público para o oferecimento da denúncia ou o querelante para a propositura da queixa.

---

<sup>36</sup> BRASIL. Decreto-Lei n.3.689 de 3 de outubro de 1941. Dispõe sobre o Código de Processo Penal. In: Vade Mecum Saraiva, 15.ed. atual. São Paulo: Saraiva, 2013, artigo 798, § 1º.

<sup>37</sup> BRASIL. Decreto-Lei n.3.689 de 3 de outubro de 1941. Dispõe sobre o Código de Processo Penal. In: Vade Mecum Saraiva, 15.ed. atual. São Paulo: Saraiva, 2013, artigo 10, § 1º.

<sup>38</sup> BRASIL. Decreto-Lei n.3.689 de 3 de outubro de 1941. Dispõe sobre o Código de Processo Penal. In: Vade Mecum Saraiva, 15.ed. atual. São Paulo: Saraiva, 2013, artigo 10, § 2º.

Cabe lembrar que a autoridade policial não pode mandar arquivar autos de inquérito policial<sup>39</sup>, até porque essa providência só cabe ao Juiz, a requerimento do Ministério Público.

Não cabe à autoridade na sua exposição, emitir qualquer juízo de valor, expender opiniões ou julgamento, mas apenas prestar todas as informações colhidas durante as investigações e as diligências realizadas. Pode, porém, exprimir impressões deixadas pelas pessoas que entrevistaram no inquérito. Entendo que se há provas tanto a favor quanto contra o indiciado, deve a Autoridade, em fundamentação, proceder ao indiciamento, haja vista o princípio do *'in dubio pro societatis'*.

## 2. Conceito de Princípio do Contraditório

O final dos anos 80 marcou a história política brasileira, com o 'grito de liberdade' há anos de repressão e supressão de direitos e garantias fundamentais, inerentes ao cidadão, ocasionados pela rigorosa ditadura militar. A constituição promulgada em 1988 restituiu e elencou, em cláusulas pétreas, um rol de direitos e garantias fundamentais do cidadão, de forma que esses não fossem mais suprimidos.

Assim sendo, cuidou o legislador constituinte de incorporar, dentre muitos outros princípios, o do devido processo legal, em que se lê no art. 5º, LIV da Constituição Federal: "ninguém será privado da liberdade nem dos seus bens sem o devido processo legal."<sup>40</sup>

Protegido de igual forma pela Declaração Universal dos Direitos do Homem, art. XI:

Todo homem acusado de ato delituoso tem direito de ser presumido inocente até que a sua culpabilidade tenha sido provada de acordo com a lei, em julgamento público no qual tenha sido assegurada todas as garantias necessárias à sua defesa.

Assim, Nelson Nery Junior (2002) conceitua:

O princípio do contraditório, além de fundamentalmente constituir-se em manifestação do princípio do estado de direito tem íntima ligação com o da igualdade das partes e do direito de ação, pois o texto constitucional, ao garantir ao litigantes o contraditório e a ampla defesa, quer significar que

<sup>39</sup> BRASIL. Decreto-Lei n.3.689 de 3 de outubro de 1941. Dispõe sobre o Código de Processo Penal. In: Vade Mecum Saraiva, 15.ed. atual. São Paulo: Saraiva, 2013, artigo 17.

<sup>40</sup> BRASIL. Constituição Federal de 3 de outubro de 1988. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado, 1988, artigo 5º, inciso LIV.



tanto o direito de ação, quanto o direito de defesa são manifestação do princípio do contraditório. (JUNIOR, 2002)

Quer dizer que a toda alegação fática ou apresentação de prova, feita no processo por uma das partes, tem o adversário o direito de se manifestar, havendo um perfeito equilíbrio na relação estabelecida entre a pretensão punitiva do Estado e o direito à liberdade e à manutenção do estado de inocência do acusado. Isso traduz o que consta no artigo 5º inciso LV da Constituição Federal:

“Aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral são assegurados o contraditório e ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes.”<sup>41</sup>

Romeu Felipe Bacellar Filho (2008) discorre acerca do princípio do contraditório:

Traduz-se na efetiva participação do acusado na instrução do processo, ativa e crítica, de modo que ele produza suas próprias razões e provas e que possa contestar argumentos e formação probatória que lhe sejam desfavoráveis. O contraditório reflete um diálogo, uma alternância bilateral da manifestação das partes conforme a fase do processo e a decisão final. A eficiência do contraditório depende que seja sopesada a dialética processual. (FILHO, Romeu. 2008, p. 91)

Maria Helena Diniz (2012) conceitua o princípio como:

O que assegura aos litigantes em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral, o direito de ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes, vedando ao órgão julgante a prolação da decisão sem antes ouvi-los, sob pena de nulidade processual. Mas se um deles não se manifestar, sendo revel, aplicar-se-lhe-á a pena de confesso, presumindo-se como verídicas as alegações da outra parte. (FILHO, Fernando. 34ª Ed, 2012, p. 73)

Muito elucidativo é o apontamento Tourinho Filho (2012) sobre o contraditório: “Consustancia na velha parêmia *audiatur et altera pars*”, a parte contrária deve ser ouvida. Traduz a ideia de que a defesa tem o direito de se pronunciar sobre tudo quanto for produzido em juízo pela parte contrária. Já se disse: a todo ato produzido por uma das partes caberá igual direito da outra parte de opor-se-lhe ou de dar-lhe a versão que lhe convenha, ou, ainda, de dar uma interpretação jurídica diversa daquela apresentada pela parte ex adversa. Assim, se o acusador requer a juntada de um documento, a parte contrária tem o direito de se manifestar a respeito. E vice-versa. Se o defensor tem o direito de produzir provas, a acusação também o tem. O

---

<sup>41</sup> BRASIL. Constituição Federal de 3 de outubro de 1988. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado, 1988, artigo 5º, inciso LV.

texto constitucional quis apenas deixar claro que a defesa não pode sofrer restrições que não sejam extensivas à acusação.

Segundo a definição do professor Canutto (1973), contraditório consiste em ser “ciência bilateral dos atos e termos processuais e possibilidade de contrariá-los.” Tendo em mente que o processo é uma relação jurídica angularizada, o direito ao contraditório é aquele que uma parte exerce em relação à outra.

Alguns doutrinadores afirmam a existência de diferença no processo civil e no processo penal, visto que no processo penal tem-se a visão do contraditório ser pleno e efetivo.

Pleno porque se exige a observância do contraditório durante todo o desenrolar da causa, até seu encerramento. Efetivo porque não é suficiente dar à parte a possibilidade formal de se pronunciar sobre os atos da parte contrária, sendo imprescindível proporcionar-lhe os meios para que tenha condições reais de contrariá-los. (FERNANDES, 2012, P. 61)

## 2.1. Importância do Princípio do Contraditório

A essência do contraditório importa na participação de pelo menos dois sujeitos, um interessado e um contra interessado, sendo que ambos sofrerão as consequências do ato final do processo. Dessa forma, a condição, ainda que hipotética, de destinatários da eficácia do provimento final é o critério que garante a participação em contraditório, legitimando-os a agir. Isso traduz o que consta no artigo 5º, inciso LV da Constituição Federal: “**LV** – aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral são assegurados o contraditório e ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes.”

A presença do princípio do contraditório implica na construção da instrução processual pelas partes em condições de igualdade e de simetria, uma vez que a igualdade é concebida como igualdade de possibilidades, visto que se trata da necessidade de oferecimento de condições reais para a realização do contraditório propriamente dito.

Ora, a igualdade de possibilidades existe e é importante por decorrerem do esforço individual, prestigiando-se, desta maneira, o empenho pessoal. A bem da verdade, o que realmente não se admite é a desigualdade no ponto de partida. Assim, a tutela constitucional processual impõe a possibilidade de ambas as partes serem titulares de situações ativas e passivas previstas na Constituição Federal e na lei processual.

Inserido neste contexto, o princípio do contraditório abarca uma estrutura bem mais complexa do que, exclusivamente, o discurso dialético das partes com fins à construção da decisão final, pressupondo o reconhecimento de outros direitos, inerentes à expressão mais ampla que comporte o direito de defesa. O princípio do contraditório representa, verdadeiramente, uma linha hermenêutica de condução de toda a instrução processual, bem como de tratamento a ser dispensado ao suspeito, ao indiciado, ao acusado e ao condenado.

Assim, o princípio do contraditório implica na prevalência do direito de defesa em face das formalidades, dos ritos e das demais regras do ordenamento jurídico.

## 2.2. Princípio do Contraditório no Processo Penal:

O princípio do contraditório e consequentemente o princípio da ampla defesa, devem estar presentes em todos os atos do processo penal, sendo imprescindíveis à garantia da justiça. Tem-se, portanto, que no Estado democrático o processo penal necessariamente deverá se desenvolver em contraditório com a efetiva participação dos seus sujeitos.

Note-se a lição de Cândido Rangel Dinamarco:

O processualista moderno adquiriu a consciência de que, como instrumento a serviço da ordem constitucional, o processo precisa refletir as bases do regime democrático, nele proclamadas; ele é, por assim dizer, o microcosmos democrático do Estado de direito, com as conotações da liberdade, igualdade e participação (contraditório), em clima de legalidade e responsabilidade.

Em verdade, o contraditório é a projeção da concepção democrática do Estado na relação processual, de sorte a reclamar a dialética processual no escopo de alcançar a verdade real. Nesse contexto é que o processo penal democrático se desenvolve por cooperação das partes, podendo-se afirmar que não há processo penal sem dialética.

A essência do contraditório reside no binômio: necessidade de informação – possibilidade de reação. Emblemática, no particular, é a lição consagrada de Joaquim Canuto Mendes de Almeida (1973) para quem:

(...) O essencial ao processo é que as partes sejam postas em condições de se contrariarem. O contraditório é, pois, em resumo, ciência bilateral dos atos e termos processuais e possibilidade de contrariá-los. (ALMEIDA, 1973, p.467)

Daí decorre que necessariamente a parte deverá tomar conhecimento da imputação que lhe é feita a fim de que possa oferecer sua resistência. O direito à informação é indispensável para que se dote o processo do conteúdo dialético característico do princípio acusatório. Não basta, porém, a simples impugnação ao fato imputado. Impõe-se que a resistência seja levada a efeito em contraditório pleno e efetivo. Pleno porque se exige a observância do contraditório durante todo o desenrolar da causa, até seu encerramento. Efetivo porque não é suficiente que se dê às partes a possibilidade formal de se pronunciar sobre os atos da parte contrária, sendo imprescindível que lhe sejam proporcionados os meios para que tenham condições reais de contrariá-los, tanto que a resposta escrita, prevista nos art.396 e 396-A, com redação da Lei nº 11.719/2008, é obrigatória.

O Estado-juiz não pode restringir os direitos de nenhuma das partes, muito menos os direitos diretamente direcionados ao acusado ou decorrentes dele.

De acordo com Mirabete (2000):

Dos mais importantes no processo acusatório é o princípio do contraditório, (ou da bilateralidade da audiência), garantia constitucional que assegura a ampla defesa do acusado. (MIRABETE, 10ª Ed., 2000, p. 43)

Se a uma das partes litigantes é concedido um direito, do mesmo direito deverá gozar a outra parte. Ainda para Mirabete (2000), graças ao princípio do contraditório: “o acusado goza do direito de defesa sem restrições, num processo em que deve estar assegurada a igualdade das partes”.

Todo e qualquer processo caminha em busca da verdade, assim sendo, o direito ao contraditório deverá permear todas as fases do processo a fim de que não seja praticado nenhum ato atentatório ao direito do indiciado, ou de qualquer que seja a parte em se defender listando as melhores provas e fundamentando-se nas mais sólidas fontes de direito.

### 2.3. Princípio do Contraditório no Inquérito Policial

Caracterizada por um procedimento administrativo, usado para a colheita de informações sobre a autoria e a materialidade de um fato criminoso ocorrido, para que seja vislumbrado indícios suficientes para se denunciar o suspeito a uma futura ação penal, o Inquérito Policial é visto como uma verdadeira arma utilizada pelo Estado para manter a ordem e a paz social. Desta forma, cabe ao investigado ou

indiciado aguardar o término das investigações ficando na expectativa de ser ou não denunciado pelo titular da ação penal.

Uma das fortes características do Inquérito é a inquisição. Suas raízes estão firmadas no Sistema Inquisitorial, que vigorou no Brasil e no mundo durante a Idade Média, nos grandes regimes monárquicos do século XVI à XVIII, e era caracterizado pelo sigilo, pela tortura, pelas funções, julgamento, defesa e acusação se concentrar nas mãos de em uma mesma pessoa e ainda por não haver contraditório e nem ampla defesa. No sistema brasileiro, analisando o Código de Processo Penal, assegura-se a adoção do sistema misto, ou até mesmo o denominado sistema acusatório moderno, na medida em que sua composição é mista, com uma primeira fase, do inquérito policial, inquisitiva, sigilosa e não contraditória; e uma segunda fase, após o encerramento do inquérito e com a instauração da relação processual com o oferecimento da denúncia ou queixa, quando passariam a vigorar as garantias constitucionais das partes, de acordo com o sistema acusatório.<sup>42</sup>

Assim ao ensejo do princípio do contraditório no Inquérito Policial não é aplicável, como bem esclarece Paulo Rangel (2008):

O caráter inquisitivo do inquérito faz com que seja impossível dar ao investigado o direito de defesa, pois ele não está sendo acusado de nada, mas, sim, sendo objeto de uma pesquisa feita pela autoridade policial. (RANGEL, 2008, P. 57)

Neste sentido, o Tribunal de Justiça do Estado de Goiás, em apelação criminal, proposta em ação de violação de direito autorais, se reportou a não existência do princípio do contraditório no inquérito policial:

50153272 - APELAÇÃO CRIMINAL. VIOLAÇÃO DE DIREITO AUTORAL (ARTIGO 184, PARAGRAFO SEGUNDO DO CP). PRELIMINAR ARGUIDA PELO ORGAO MINISTERIAL DE CUPULA. ANALISE DA CULPABILIDADE. I- não ha que se falar em nulidade da sentença no tocante a individualização da pena, precisamente quanto a culpabilidade, quando analisadas todas as elementares da mesma e demais circunstancias previstas no artigo 59 do Código Penal, respeitando integralmente o que determina a Lei. II- preliminar rejeitada. Preliminar defensiva: Cerceamento de defesa. Não arguição oportuna. Mérito: Teoria da adequação social. Atipicidade da conduta. Princípio da insignificância. Absolvição por insuficiência de provas. III- a investigação preliminar corresponde a fase pré-processual da persecução

<sup>42</sup> JUNIOR, Aury Lopes. Introdução Crítica ao Processo Penal. 3 ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2005. p. 31.

criminal e consiste no inquérito policial, presidido pelo delegado de polícia. Assim como no inquérito policial não é exigido o respeito ao contraditório, repercutindo na ampla defesa, trata-se de procedimento meramente informativo na persecução criminal. (...) VI - Recurso conhecido e não provido. (TJGO; ACr 200903823734; Edéia; Rel. Des. Benedito do Prado; DJGO 28/01/2010; Pág. 353).

Ao longo da fase de Inquérito Policial são produzidos indícios de provas, os quais deverão ser todos repetidos durante a fase judicial. E na doutrina, há divergências quanto à presença do contraditório quando se tratar de provas.

Neste sentido, já houve decisões em jurisprudências e chegou ao consenso de que os indícios que possam sofrer alterações com o tempo, ou mesmo aqueles que em fase judicial não possam mais ser reproduzidas, sofrerão os efeitos do contraditório, o qual será diferido ou postergado, porém este somente era realizado perante juízo, em fase judicial, ou seja, os fatos, (indícios) ocorridos em sede policial que, durante a segunda fase da persecução penal (ação penal), não poderão ser repetidos, como por exemplo, a oitiva de uma testemunha “chave” para o deslinde de um crime, que esta em estado grave, e poderá não sobreviver até a fase da ação penal, poderá ser ouvida em sede de inquérito policial, e seu depoimento ter valor probatório e ser contraditado pela defesa, mas, não durante a fase do inquérito policial, e sim no momento em que for oferecida a denúncia pelo Ministério Público, e tiver início a ação penal, e diante da presença do magistrado, em juízo, poderá a defesa apresentar suas alegações e contradizer os atos realizados e aos indícios colhidos em sede policial. Então, nestes casos a autoridade policial deverá requerer através de representação ao Juiz, que o indício produzido sob o inquérito policial, tenha força de prova, e possa vir a ser contraditado em juízo.

Neste sentido, foi julgada a apelação criminal, no Tribunal de Justiça do Estado de Goiás, em que o juízo somente aceitou os indícios produzidos em sede policial após ter passado pelo contraditório:

50140976 - APELAÇÃO CRIMINAL. TRAFICO. DESCLASSIFICAÇÃO. CONSUMO PESSOAL. INQUERITO POLICIAL. PROVA TESTEMUNHAL. POLICIAL. VALOR PROBATORIO. RECEPÇÃO. CORRUPÇÃO ATIVA. ABSOLVIÇÃO. INADMISSIBILIDADE. SUBSTITUIÇÃO DAS PENAS PRIVATIVAS DE LIBERDADE POR RESTRITIVAS DE DIREITOS. I - A condenação penal exige certeza em relação a materialidade e autoria delitiva. Havendo dúvida, por ínfima que seja, em relação a destinação da droga apreendida, impõe-se a aplicação do princípio *in dubio pro reo*, desclassificando a conduta do agente de tráfico para a modalidade de uso. II - **Desde que corroborada em juízo, sob o crivo do contraditório, as**

**provas colhidas durante o inquérito policial tem valor probatório.** III - Majoritário o entendimento de que o testemunho de policial pode sustentar a condenação, mormente quando encontra ressonância no acervo probatório. (...) VI - Apelo conhecido e parcialmente provido. (TJGO; ACr 35906-1/213; Itumbiara; Rel. Des. Carlos Alberto França; DJGO 22/07/2009; Pág. 166).

Capez (2008) diz que “o único inquérito que admite o contraditório é o instaurado pela polícia federal, a pedido Ministro de Justiça, visando à expulsão de estrangeiro.”

E de acordo com o ensinamento de Fernando Capez, esse também foi o entendimento da 5ª turma do Superior Tribunal de Justiça, em que afirma:

PRINCÍPIO DO CONTRADITÓRIO E DA AMPLA DEFESA NO INQUÉRITO POLICIAL. INEXISTENCIA: (...) Os princípios do contraditório e da ampla defesa não se aplicam ao inquérito policial, que é mero procedimento administrativo de investigação inquisitorial. (STJ, 5ª T., rel. Min. Gilson Dipp, j. 7-5-2003, DJ 4 ago. 2003, p. 327).

Assim, o princípio constitucional do contraditório assegurado em clausula pétrea, na Constituição Federal brasileira não se aplica à fase de Inquérito Policial, vez que, uma das características basilares do inquérito policial é a inquisitorialidade em que a autoridade policial tem a discricionariedade de realizar diligências, a fim de buscar definir a autoria e materialidade de um crime.

Portanto, seria inviável a presença do princípio do contraditório em circunstâncias de caráter policial, pois todos os indícios colhidos e todas as investigações em andamento poderiam correr o grande risco de perder seu objeto e sua finalidade se o investigado soubesse que contra ele existe uma demanda policial. De outra maneira, não pode se comportar o legislador, com o intuito de garantir a sigilosidade e a segurança nas investigações policiais que virão futuramente a servir de base para o oferecimento da denúncia a ser feita pelo Ministério Público.

O Inquérito Policial não é um processo, mas simples procedimento. O Estado, através da polícia, exerce um dos poucos poderes de autodefesa que lhe é reservado na esfera de repressão ao crime, preparando a apresentação em juízo da pretensão punitiva que na ação penal será deduzida através da acusação. O seu caráter inquisitivo, é por isso mesmo, evidente. Portanto, é desaconselhável uma investigação contraditória processada no Inquérito. Ao contrário do que pensam alguns, não se deve tolerar um inquérito contraditório, sob pena de fracassarem as investigações policiais, sempre que surja um caso de difícil elucidação. À polícia

judiciária deve ser dado um amplo campo de liberdade de ação, limitado tão só pelas sanções aos atos ilegais que seus agentes praticarem.<sup>43</sup>

## 2.4. Argumentos Desfavoráveis do Contraditório no Inquérito Policial

Como já observado, não há a aplicação do Princípio Constitucional do Contraditório na fase do Inquérito Policial. Essa Garantia só é utilizada na instrução processual, e ainda, na etapa recursal. Caracterizada por um procedimento administrativo, usado para a colheita de informações sobre a autoria e a materialidade de um fato criminoso ocorrido, para se sejam vislumbrados indícios suficientes para se denunciar o suspeito a uma futura Ação Penal, o Inquérito Policial é visto como uma verdadeira arma utilizada pelo Estado para manter a ordem e a paz social. Desta forma, cabe ao Investigado ou Indiciado aguardar o término das investigações ficando na expectativa de ser ou não denunciado pelo titular da Ação Penal.

A doutrina brasileira é divergente sobre a utilização do Princípio do Contraditório de forma ampla no Inquérito Policial. Existem aqueles que são favoráveis a essa aplicação e outros entendem não ser possível. A corrente que entende não ser possível a aplicação do Princípio do Contraditório é a mais numerosa.

Mas com o advento da Constituição Federal de 1998, que trouxe a Garantia do Contraditório expressamente em seu artigo 5º, inciso LV: “Aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral são assegurados o contraditório e ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes.”

Essa corrente vem se alterando, ou seja, aumentaram o numero de adeptos ao Contraditório presente já na investigação, principalmente pela justificativa de estar este inserida na Magna Carta.

Dos vários doutrinadores, José Frederico Marques (2000) entende ser impossível a prática do Contraditório na investigação criminal, escrevendo da seguinte forma:

(...) é também desaconselhável uma investigação contraditória processada no inquérito. Ao contrário do que pensam alguns, não se deve tolerar um inquérito contraditório, sob pena de fracassarem as investigações criminais, sempre que surja um caso de difícil elucidação. À polícia judiciária deve ser

---

<sup>43</sup> MARQUES, José Frederico. Elementos de Direito Processual Penal. 2ª ed. Campinas: Milenium, 2000. p. 167.



dado um amplo campo de liberdade de ação, limitando tão só pelas sanções aos atos ilegais que seus agentes praticarem. (MARQUES, 2ª Ed, 2000, p. 167)

Na mesma esteira, Fernando da Costa Tourinho Filho (2000) entende ser impraticável o Contraditório pleno no Inquérito:

A Autoridade Policial não acusa; investiga. E investigação contraditória é um não-senso. Se assim é, parece-nos não ter sentido estender se o instituto do contraditório ao inquérito, em que não há acusação. (FILHO, Fernando. 22ª Ed. 2000, p. 52)

Ainda sob a ótica desfavorável da aplicação do Princípio do Contraditório no Inquérito Policial, Vicente Greco Filho (1997) diz: A atividade que se desenvolve no inquérito é administrativa, não se aplicando a ela os princípios da atividade jurisdicional, como o contraditório, a publicidade, nulidades etc.”

Outro doutrinador, Celso Ribeiro Bastos (1989) demonstra sua posição também desfavorável sobre o tema, e diz:

(...) ainda assim continuamos a crer que os envolvidos em inquérito policial não podem ser tidos por acusados nos termos da Constituição. A acusação é sempre uma irrogação a alguém da prática de um ato condenável, no caso de um ilícito penal. Enquanto não advenha este ato estatal que impute a uma determinada a prática do delito, esta não pode ser tida por acusada. A fase investigadora é portanto preparatória da acusação, uma vez que só pelo desvendamento do ocorrido e pela identificação da autoria é possível praticar-se o ato formal. Ante o exposto, consideramos impraticável ao inquérito policial o contraditório e a ampla defesa. (BASTOS, 1989, v 2, p. 269)

Ao versar sobre o assunto, Alexandre de Moraes (1996) entende:

“O contraditório nos procedimentos penais não se aplica aos inquéritos policiais, pois a fase investigatória é preparatória da acusação, inexistindo, ainda, acusado, constituindo, pois, mero procedimento administrativo, de caráter investigatório, destinado a subsidiar a atuação do titular da ação penal, o Ministério Público.” (Moraes, 1996)

## 2.5. Argumentos Favoráveis ao Contraditório no Inquérito Policial:

Conforme já mencionado o artigo 5º, inciso LV, da Constituição Federal, por ser garantidor da existência do contraditório em sede de inquérito policial, não podendo servir de obstáculo as ultrapassadas definições entre processo e procedimento. Tampouco mencionar acusados e não indiciados, não pode ser um impedimento para sua aplicação na investigação preliminar.

Aury Lopes Junior (2005) afirma sua posição:

É inegável que o indiciamento representa uma acusação em sentido amplo, pois decorre de uma imputação determinada. Por isso o legislador

empregou acusados em geral, para abranger um leque de situações, com um sentido muito mais amplo que a mera acusação formal e com o intuito de proteger também ao indiciado. (JUNIOR, 3ª Ed, 2005, p.245)

Baseando-se pelo entendimento de Aury Lopes Junior (2005), a prova que é colhida na fase do inquérito e trazida integralmente para dentro do processo acaba mascarando a decisão final do julgador, tendo em vista que a eleição de culpa ou inocência é o ponto mais importante do ato decisório e pode ser feita com base nos elementos do inquérito policial e disfarçada com um bom discurso. Portanto, existe uma dependência completamente estrita entre os autos da ação penal e os da investigação, provocando como consequência, a indevida utilização dos elementos informativos.

A característica de irrepetibilidade de alguns atos existentes ao longo da investigação criminal, é que autoriza a colocação em pauta do tema do contraditório nessa fase, relacionando-se que não poderá haver um pleno direito de defesa se não for possibilitada a intervenção do suspeito já desde esse momento. Como consequência, para os defensores dessa tese, a adoção do princípio do contraditório dá ao inquérito policial outra natureza, não de peça meramente informativa, mas com valor de prova na instrução, conseqüentemente, mais célere a prestação jurisdicional.

Outro doutrinador, Rogério Lauria Tucci (1993) demonstra sua posição também favorável sobre o tema, e diz:

(...) à evidência que se deverá conceder ao ser humano enredado numa *persecutio criminis* todas as possibilidades de efetivação de ampla defesa, de sorte que ela se concretize em sua plenitude, com a participação ativa, e marcada pela contrariedade, em todos os atos do respectivo procedimento, desde a fase pré-processual da investigação criminal, até o final do processo de conhecimento, ou da execução, seja absolutória ou condenatória a sentença proferida naquele. (TUCCI, 1993)

Ainda sob argumentos favoráveis à aplicação do princípio do contraditório na fase de Inquérito Policial, ensina Joaquim Canuto Mendes de Almeida (1973):

Ao indiciado se há de negar o direito de intervir nas diligências de investigação propriamente ditas, as quais, como preliminares, precedem o registro, no inquérito policial, de cada elemento de convicção real, pessoal ou documental. Essa intervenção não teria sentido, nem nas investigações que o inquérito policial pressupõe, nem convém notar- nas investigações que, mesmo depois de instaurada a ação penal, podem ou devem policialmente se realizar-se, de ofício ou por solicitação do juiz ou do Ministério Público, paralelamente ao procedimento judicial. Mas, uma vez que o inquérito policial se destina a servir de base à denúncia ou queixa, a servir de fundamento um despacho judicial de que resulta para o indiciado o mal do processo, seria absolutamente contrário a qualquer senso de justiça,

e ao sistema mesmo de nosso processo penal, afastá-lo, como se nada tivesse ele a ver com a sua própria liberdade. (ALMEIDA, 1973)

Ademais, o professor Canuto entende ser necessária a participação da defesa na instrução preliminar, exceto em atos estritamente de investigação, pois como o indiciado tem um relevante interesse em defender-se, isto é, repelir a formação da culpa à ele imputado, dever-se-ia ser-lhe assegurado todo tipo de garantia, inclusive a ampla defesa e o contraditório.

## 2.6. Lesão ao Princípio do Contraditório:

Na Constituição Federal de 1988 vem encartado uma lista de direitos e garantias fundamentais inerentes a um Estado democrático de direito, estabelecendo dentre estes o princípio do contraditório e ampla defesa, na qual a relação processual se desenvolve de maneira dialética, daí a necessidade das partes de tomarem ciência prévia, acompanharem e se manifestarem diante de todos os atos processuais, podendo contrariar afirmações e provas integradas ao processo. O contraditório é a possibilidade de contrariar diante da ciência bilateral sob os atos e termos processuais; enquanto que a ampla defesa, que apesar de estar contida no mesmo dispositivo que o contraditório, com este não se confunde, pois diz respeito à possibilidade de o acusado alegar e provar tudo que possa favorecê-lo de maneira a obstar uma condenação e, é imprescindível à regularidade do procedimento e legitimação do '*jus puniendi*'.

Assim, a ampla defesa pode ser verificada de duas maneiras: a autodefesa, isto é, defesa exercida diretamente pelo acusado, tanto em seu interrogatório, sob a proteção dos direitos ao silêncio e a não produzir provas contra si, quanto no exercício do direito de presença e direito de audiência; e a defesa técnica, que será exercida por profissional habilitado, qual seja o advogado. Portanto, é desses dois princípios acima mencionados que se extrai o direito à prova, ou seja, a possibilidade de ambas as partes levarem à autoridade competente quaisquer meios legais que demonstrem a veracidade de suas alegações.

Na mesma linha de raciocínio o Inquérito Policial compreende tão somente dois tipos de atos: investigação e instrução. Entende-se por investigação todo o ato de pesquisar, buscar informações necessárias para a elucidação de um fato, assim compreende-se que, no Inquérito Policial, os atos de investigação são aqueles com finalidade de procurar o delito e o seus autores, tais como as providências e

diligências realizadas pela autoridade policial. Por outro lado, a instrução é aquisição ou transmissão de conhecimentos e, por isso, compreende o conjunto de atos praticado, os quais serão parâmetros para o juiz julgar.

Assim, deve ser sigiloso o método da investigação para impedir que haja dificuldades na diligência. Entretanto, a partir do momento em que a autoridade policial reduz a termo a diligência efetuada, passa-se, então, da investigação à instrução.<sup>44</sup> E, conforme o Código de Processo Penal todas as peças devem ser reduzidas a escrito e rubricadas pela autoridade, e determina também que a autoridade faça minucioso relatório do que houver sido apurado e envie os autos ao juiz competente.<sup>45</sup> Então, impedir que o advogado tenha acesso aos autos e examine o que foi produzido de provas contra seu cliente é impedir o direito ao contraditório e à ampla defesa que lhe é assegurado pela Magna Carta.<sup>46</sup>

Pode notar-se então, que no momento da investigação devem ser assegurados os princípios do contraditório e ampla defesa pelo fato de ser o Inquérito Policial uma prática administrativa preparatória para o início de uma ação penal, no qual existiria conflito de interesses entre as partes.

Ainda seguindo a mesma linha de raciocínio, afirma Rogério Lauria Tucci que a contraditoriedade na investigação criminal consiste num direito fundamental do averiguado, direito esse que por ser ‘um elemento decisivo do processo penal’, não pode ser transformado, em nenhuma hipótese, em mero requisito formal, cuja observância está sob pena de nulidade dos atos procedimentais praticados sem a efetiva assistência do defensor técnico constituído pelo averiguado, independente de ser particular ou público.<sup>47</sup>

Quanto à possibilidade de requerer diligências e juntar documentos, assim como o direito à prova também deve ser reconhecido antes ou fora do processo, até como meio de se obter elementos que autorizem a persecução, ou possam evitá-la. Na tradição inquisitorial, as atividades de pesquisa probatória prévia constituem

---

<sup>44</sup> No mesmo sentido, manifestou-se o Supremo Tribunal Federal no HC 88.190-4, de relatoria do Min. Cezar Peluso: “Há, é verdade, diligências que devem ser sigilosas, sob o risco de comprometimento do seu bom sucesso. Mas, se o sigilo é aí necessário à apuração e à atividade instrutória, a formalização documental de seu resultado já não pode ser subtraída ao indiciado nem ao defensor, porque, é óbvio, cessou a causa mesma do sigilo”.

<sup>45</sup> BRASIL. Decreto-Lei n.3.689 de 3 de outubro de 1941. Dispõe sobre o Código de Processo Penal. In: Vade Mecum Saraiva, 15.ed. atual. São Paulo: Saraiva, 2013, artigo 9 – 10.

<sup>46</sup> BRASIL. Constituição Federal de 3 de outubro de 1988. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado, 1988, artigo 5º, inciso LV.

<sup>47</sup> Tucci, Rogério Lauria. Direitos e garantias individuais no processo penal brasileiro. São Paulo: Saraiva, 1993. p. 389.

tarefa confiada exclusivamente aos órgãos oficiais de investigação penal, mas, no modelo acusatório, com a consagração do direito à prova, não ocorre ser possível negá-las ao acusado e ao defensor, com vistas à obtenção do material destinado à demonstração das teses defensivas.<sup>48</sup>

---

<sup>48</sup> FILHO, Antonio Magalhães Gomes. Direito à prova no processo penal. São Paulo: RT, 1997. p. 83.

### 3. Conclusão

Conforme a pesquisa feita, pode-se notar que o Inquérito Policial é um instrumento, cuja destinação é investigar as práticas criminosas e, assim colhendo os elementos necessários para que se promova contra o determinado agente a ação penal cabível e, assim sendo, por intermédio dos legitimados. E, por isso é visto como uma verdadeira arma em poder do Estado, para combater a criminalidade perante a sociedade que se sente fragilizada diante das condutas criminosas à ela inerente e em responsabilizar o indiciado nas penas correspondentes à sua conduta.

Durante longos anos de sua história e, inclusive atualmente, o Inquérito Policial é um procedimento muito polêmico e, além disso, bastante criticado pelos operadores do direito; isso se deve por questão de ordem operacional, ou seja, a real situação vivida pela Administração Pública, cuja falta de recursos materiais e humanos que levam o Inquérito Policial ao descrédito e na sua má realização pela Polícia e, além de tudo ter má influência sob a impunidade, o aumento da criminalidade e ainda, sobre as questões inerentes ao investigado, como um ser humano sujeito à direitos e garantias, na qual muitas vezes são restritos de gozar de alguns desses direitos que na sua essência são básicos, dentre eles o princípio constitucional do contraditório.

E, a partir daí é que nasce um segundo ponto polêmico, porém poucos doutrinadores estudam a respeito, qual seja a aplicação do princípio do contraditório diante da fase do Inquérito Policial e assim, foi possível verificar que a maioria dos doutrinadores e até mesmo a jurisprudência são contra a concessão do direito de defesa ao agente, cuja investigação segue mediante o Inquérito Policial, sob a justificativa de ser esse um instrumento de procedimento administrativo e por esse agente não ter a qualidade de acusado, mas sim de objeto de investigação, não se aplicando desta forma o princípio constitucional do contraditório, na qual consta no artigo 5º, inciso LV, da Magna Carta.

Porém conforme a própria Constituição/88, essa ótica tem sido alterada, pois parte da doutrina já vem entendendo que é possível a presença do contraditório no Inquérito Policial, mas aqueles que são favoráveis a esta presença, dissertam sobre a intensidade que essa garantia poderia ser aplicada em favor do investigado, tornando-se assim apenas uma oportunidade de defesa do investigado em determinados atos praticados na fase do Inquérito Policial. E em contra partida,

outros doutrinadores já consideram a aplicação total do referido princípio, tornando o Inquérito Policial uma verdadeira relação litigiosa.

Nota-se então, que atualmente o Inquérito Policial necessita de urgentes alterações em seus vários procedimentos, uma vez que o Código de Processo Penal é de 1941 e não condiz com a atual realidade, principalmente no que diz respeito ao aumento excessivo da criminalidade e a decadência do Poder Público, que por consequência leva o Inquérito Policial a ser um instrumento “interminável” pela excessiva formalidade que possui. Mas conceder ao investigado uma defesa ampla diante do Inquérito Policial, talvez não seja a melhor solução para a questão, pois pode até complicar ainda mais o atual problema, além de tornar a fase pré-processual um verdadeiro descaso. Porém, nada impede de surgir novos ideais e consequentemente que mudanças ocorram na estrutura investigativa do Inquérito Policial, sendo perfeitamente cabível ao investigado a utilização do princípio do contraditório em certos atos, e ainda, ser uma questão enfática para possível econômica processual na futura ação penal e, evidentemente para que também, não ocorra injustiça contra os investigados.

#### 4. Referências

ALMEIDA, Joaquim Canuto Mendes de. Princípios Fundamentais do Processo Penal, Editora Revista dos Tribunais, 1973.

ALMEIDA, Joaquim Canuto Mendes de. Princípios Fundamentais do Processo Penal. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1973. p. 467.

ALMEIDA, José Canuto Mendes de. Princípios Fundamentais do Processo Penal. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1973. p. 81.

BASTOS, Celso Ribeiro; MARTINS, Ives Grandra. Comentários à Constituição do Brasil (promulgada em 5 de outubro de 1988). São Paulo: Saraiva, 1989. v. 2. p. 269.

BASTOS, Marcelo Lessa. A investigação nos crimes de ação penal de iniciativa pública. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2004. p. 109.

BRASIL. Decreto-Lei n.3.689 de 3 de outubro de 1941. Dispõe sobre o Código de Processo Penal. In: Vade Mecum Saraiva, 15.ed. atual. São Paulo: Saraiva, 2013, artigo 4º.

BRASIL. Decreto-Lei n.3.689 de 3 de outubro de 1941. Dispõe sobre o Código de Processo Penal. In: Vade Mecum Saraiva, 15.ed. atual. São Paulo: Saraiva, 2013, artigo 9 – 10.

BRASIL. Constituição Federal de 3 de outubro de 1988. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado, 1988, artigo 5º, inciso LV.

BRASIL. Decreto-Lei n.3.689 de 3 de outubro de 1941. Dispõe sobre o Código de Processo Penal. In: Vade Mecum Saraiva, 15.ed. atual. São Paulo: Saraiva, 2013, artigo 17.

BRASIL. Constituição Federal de 3 de outubro de 1988. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado, 1988, artigo 5º, inciso LIV.

BRASIL. Decreto-Lei n.3.689 de 3 de outubro de 1941. Dispõe sobre o Código de Processo Penal. In: Vade Mecum Saraiva, 15.ed. atual. São Paulo: Saraiva, 2013, artigo 798, § 1º.

BRASIL. Decreto-Lei n.3.689 de 3 de outubro de 1941. Dispõe sobre o Código de Processo Penal. In: Vade Mecum Saraiva, 15.ed. atual. São Paulo: Saraiva, 2013, artigo 10, § 1º.

BRASIL. Decreto-Lei n.3.689 de 3 de outubro de 1941. Dispõe sobre o Código de Processo Penal. In: Vade Mecum Saraiva, 15.ed. atual. São Paulo: Saraiva, 2013, artigo 10, § 2º.

BRASIL. Decreto-Lei n.3.689 de 3 de outubro de 1941. Dispõe sobre o Código de Processo Penal. In: Vade Mecum Saraiva, 15.ed. atual. São Paulo: Saraiva, 2013, artigo 10.



BRASIL. Decreto-Lei n.3.689 de 3 de outubro de 1941. Dispõe sobre o Código de Processo Penal. In: Vade Mecum Saraiva, 15.ed. atual. São Paulo: Saraiva, 2013, artigo 158.

BRASIL. Decreto-Lei n.3.689 de 3 de outubro de 1941. Dispõe sobre o Código de Processo Penal. In: Vade Mecum Saraiva, 15.ed. atual. São Paulo: Saraiva, 2013, artigo 186.

BRASIL. Decreto-Lei n.3.689 de 3 de outubro de 1941. Dispõe sobre o Código de Processo Penal. In: Vade Mecum Saraiva, 15.ed. atual. São Paulo: Saraiva, 2013, artigo 188.

BRASIL. Decreto-Lei n.3.689 de 3 de outubro de 1941. Dispõe sobre o Código de Processo Penal. In: Vade Mecum Saraiva, 15.ed. atual. São Paulo: Saraiva, 2013, artigo 209, § 1º.

BRASIL. Decreto-Lei n.3.689 de 3 de outubro de 1941. Dispõe sobre o Código de Processo Penal. In: Vade Mecum Saraiva, 15.ed. atual. São Paulo: Saraiva, 2013, artigo 206..

BRASIL. Decreto-Lei n.3.689 de 3 de outubro de 1941. Dispõe sobre o Código de Processo Penal. In: Vade Mecum Saraiva, 15.ed. atual. São Paulo: Saraiva, 2013, artigo 10º.

BRASIL. Decreto-Lei n.3.689 de 3 de outubro de 1941. Dispõe sobre o Código de Processo Penal. In: Vade Mecum Saraiva, 15.ed. atual. São Paulo: Saraiva, 2013, artigo 6º.

BRASIL. Decreto-Lei n.3.689 de 3 de outubro de 1941. Dispõe sobre o Código de Processo Penal. In: Vade Mecum Saraiva, 15.ed. atual. São Paulo: Saraiva, 2013, artigo 6, inciso V.

BRASIL. Constituição Federal de 3 de outubro de 1988. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado, 1988, artigo 129, inciso III.

BRASIL. Decreto-Lei n.2. 848 de 7 de dezembro de 1940. Dispõe sobre o Código Penal. In: Vade Mecum Saraiva, 15.ed. atual. São Paulo: Saraiva, 2013, artigo 5º.

BRASIL. Decreto-Lei n.2. 848 de 7 de dezembro de 1940. Dispõe sobre o Código Penal. In: Vade Mecum Saraiva, 15.ed. atual. São Paulo: Saraiva, 2013, artigo 6º.

BRASIL. Decreto-Lei n.3.689 de 3 de outubro de 1941. Dispõe sobre o Código de Processo Penal. In: Vade Mecum Saraiva, 15.ed. atual. São Paulo: Saraiva, 2013, artigo 4º, parágrafo único.

BRASIL. Decreto-Lei n.3.689 de 3 de outubro de 1941. Dispõe sobre o Código de Processo Penal. In: Vade Mecum Saraiva, 15.ed. atual. São Paulo: Saraiva, 2013, artigo 4º.

BRASIL. Decreto-Lei n.3.689 de 3 de outubro de 1941. Dispõe sobre o Código de Processo Penal. In: Vade Mecum Saraiva, 15.ed. atual. São Paulo: Saraiva, 2013, artigo 17.

BRASIL. Constituição Federal de 3 de outubro de 1988. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado, 1988, artigo 127.

BRASIL. Decreto-Lei n.3.689 de 3 de outubro de 1941. Dispõe sobre o Código de Processo Penal. In: Vade Mecum Saraiva, 15.ed. atual. São Paulo: Saraiva, 2013, artigo 202.

BRASIL. Decreto-Lei n.3.689 de 3 de outubro de 1941. Dispõe sobre o Código de Processo Penal. In: Vade Mecum Saraiva, 15.ed. atual. São Paulo: Saraiva, 2013, artigo 20.

CAPEZ, Fernando. Curso de Processo Penal. 15 ed. São Paulo: Saraiva, 2008. p. 115.

CAPEZ, Fernando. Curso de Processo Penal. 20ª ed. Atual. São Paulo: Saraiva, 2013, p. 121.

CAPEZ, Fernando. Curso de Processo Penal. 20º ed. Atual. São Paulo: Saraiva, 2013. p. 117.

CAPEZ, Fernando. Curso de Processo Penal. 20ª ed. Atual. São Paulo: Saraiva, 2013, p. 119.

DINIZ, Maria Helena. Dicionário Jurídico, Volume 3, Ed. 1998.

FERNANDES, Antonio Scarance. Processo Penal Constitucional. 7ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2012. p. 61.

FILHO, Antonio Magalhães Gomes. Direito à prova no processo penal. São Paulo: RT, 1997. p. 83.

FILHO, Vicente Greco. Manual de processo penal. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 1997. p. 91.

FILHO, Eduardo Espinola. Código de Processo Penal Brasileiro Anotado. 6ª ed. Rio de Janeiro: Editora Rio, 1980. p. 253-254.

FILHO, Vicente Greco. Manual de Processo Penal. 10 ed. Atual. São Paulo: Saraiva, 2013, p. 103.

FILHO, Vicente Greco. Manual de Processo Penal. 10ª ed. Atual. São Paulo: Saraiva, 2013, p. 100.

FILHO, Fernando da Costa Tourinho. Processo Penal. 34ª ed. Atual. São Paulo: Saraiva, 2012, p. 231.

FILHO, Fernando da Costa Tourinho. Processo Penal. 34ª ed. Atual. São Paulo: Saraiva, 2012. p. 230 – 231.

FILHO, Fernando da Costa Tourinho. Processo Penal. 22. ed. São Paulo: Saraiva, 2000. p. 52.

FILHO, Fernando da Costa Tourinho. Processo Penal. 34ª ed. São Paulo: Saraiva, 2012. p. 239 - 240.

FILHO, Fernando da Costa Tourinho. Processo penal. 23. ed. São Paulo: Saraiva, 2001. v. 3. p. 251-252.

FILHO, Fernando da Costa Tourinho. Manual de Processo Penal. 34ª ed. São Paulo: Saraiva, 2012. p. 73.

FILHO, Fernando da Costa Tourinho. Código de processo penal comentado. Vol. I. 11ª Ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2008, p. 59.

FILHO, Romeu Felipe Bacellar. Direito Administrativo. 4. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2008. p. 91.

JUNIOR, Aury Lopes. Sistemas de investigação preliminar no processo penal. 4 ed. atual. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2006. p. 41.

JUNIOR, Romeu de Almeida Salles. Inquérito Policial e Ação Penal. 7 ed. São Paulo: Saraiva, 1998. p. 15.

JUNIOR, Aury Lopes. Introdução Crítica ao Processo Penal. 3ª ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2005. p. 245.

JUNIOR, Aury Lopes. Introdução Crítica ao Processo Penal. 3 ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2005. p. 31.

JUNIOR, Aury Lopes. Sistemas de Investigação Preliminar no Processo Penal. 4. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2006, p. 41.

JUNIOR, Nelson Nery. Princípios do Processo Civil na Constituição Federal, 7ª. Edição, São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2002, p. 135

JUNIOR, Romeu de Almeida Salles. Inquérito Policial e Ação Penal. 7 ed. São Paulo: Saraiva, 1998. p. 15.

JUSBRASIL. Jurisdicional, primeiro grau. 2009. Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/diarios/13786687/pg-56-jurisdicional-primeiro-grau-diario-de-justica-do-estado-de-alagoas-djal-de-25-09-2009>>. Acessado em: 30 de Março de 2014.

MACIEL, Jose Fábio Rodrigues. História do direito, Inquérito Policial no Brasil-Origens. 2006. Administrado por Jornal Carta Forense. Disponível em: <<http://www.cartaforense.com.br/conteudo/colunas/inquerito-policial-no-brasil---origens/415>>. Acessado em: 30 de Março de 2014.

MARQUES, José Frederico. Elementos de direito processual penal. 2 ed. atual. Campinas: Millennium, 2000. V. 1, p. 138.

MARQUES, José Frederico. Elementos de Direito Processual Penal. 2ª ed. Campinas: Milenium, 2000. p. 167.

MARQUES, José Frederico. A instituição do Júri. São Paulo: Saraiva 1963, p. 8.

MEHMERI, Adilson. Inquérito policial: Dinâmica. São Paulo: Saraiva, 1992. p. 3.

MIRABETE, Julio Fabbrini. Processo Penal. 12 ed. São Paulo: Atlas, 2001. p. 79.

MIRABETE, Julio Fabbrini. Processo Penal. 10 ed. São Paulo: Atlas, 2000. p. 269 - 270.

MIRABETE, Julio Fabbrini. Processo Penal. 10 ed. São Paulo: Atlas, 2000. p. 43.

MIRABETE, Julio Fabbrini. Processo Penal. 10 ed. São Paulo: Atlas, 2000. p. 269 - 270.

MIRABETE, Julio Fabbrini. Código de processo penal interpretado. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2001. p. 438.

MORAES, Alexandre de. Direito Constitucional. 18ª ed. São Paulo: Atlas, 1996.

NUCCI, Guilherme de Souza. Manual de Processo Penal e Execução Penal. 5 ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008. p. 143.

RANGEL, Paulo. Direito Processual Penal. 15 ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2008. p. 57.

STRECK, Lenio Luiz. Crime e constituição: a legitimidade da função investigatória do Ministério Público. Rio de Janeiro: Forense, 2005. p. 06.

SILVA, José Geraldo da. O Inquérito Policial e a Policia Judiciária. Campinas: Bookseller, 2000. p. 21.

TUCCI, Rogério Lauria. Direitos e garantias individuais no processo penal brasileiro. São Paulo: Saraiva, 1993. p. 389.

TUCCI, Rogério Lauria. Direitos e Garantias Individuais no Processo Penal Brasileiro (Tese para o Concurso de Professor titular de Direito Processual Penal da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, 1993).